



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXV — Nº 031

QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1980

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 60ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1980

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO WALDIR WALTER — Arbitrariedades que estariam sendo praticadas contra metalúrgicos em greve na região do ABC paulista.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — 35º aniversário da atuação do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Considerações sobre os acontecimentos que se verificam na região do ABC paulista, em decorrência do movimento grevista dos metalúrgicos.

DEPUTADO NILSON GIBSON — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. José Danta Filho.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Defesa da participação do Congresso Nacional na solução dos problemas que afligem a nação brasileira.

DEPUTADO LUIZ CECHINEL — Greve dos metalúrgicos da região do ABC paulista.

DEPUTADO WALTER SILVA — Solidariedade ao movimento grevista dos metalúrgicos da região do ABC paulista.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Saudação aos participantes do IX Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, ora em realização em Brasília.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Reparos aos discursos proferidos na presente sessão por parlamentares da Oposição, com relação ao movimento grevista dos metalúrgicos da região do ABC paulista.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1980-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.709, de 31 de outubro de 1979, que dispõe sobre pagamento da Gratificação de Produtividade, nos casos que menciona, e dá outras providências. **Aprovado**, após usar da palavra em sua discussão o Sr. Arnaldo Schmitt. À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1980-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.710, de 31 de outubro de 1979, que estende a Gratificação de Produtividade aos casos que especifica, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO — como Líder — Atendimento às reivindicações dos metalúrgicos como solução para o impasse entre trabalhadores e empresários paulistas.

DEPUTADO OSVALDO MACEDO, como Líder — Arbitrariedades policiais que, no entender de S. Ex^a, foram cometidas contra trabalhadores, em decorrência do movimento grevista de São Paulo.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Considerações sobre os discursos proferidos pelos oradores que o antecederam na tribuna.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 61ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1980

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RONAN TITO — Reparos a afirmações do Senador Jarbas Passarinho e do Ministro Abi-Ackel, referentes ao posicionamento da Igreja com respeito ao movimento grevista dos metalúrgicos de São Paulo.

DEPUTADO AUGUSTO LUCENA — 32º aniversário da fundação do Estado de Israel. Artigo publicado no *Jornal do Brasil* sobre o assunto.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Apelo ao Prefeito Municipal de Duque de Caxias—RJ, em favor dos moradores da Vila Operária, localizada naquele Município.

DEPUTADO JOSÉ FREIJAT — Artigo publicado no jornal *O Paraná*, sob o título "Um blefe para enganar milhões?"

DEPUTADO ADAUTO BEZERRA — Redução do orçamento do FINOR para o ano de 1980 e suas conseqüências para a Região Nordeste.

DEPUTADO NIVALDO KRÜGER — Ponto de vista de S. Ex^a a respeito da supersafra prevista para o corrente ano.

DEPUTADO MAX MAURO — Intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Telegrama do Presidente do Banco do Brasil dirigido ao Líder Nelson Marchezan, comunicando o cancelamento das punições impostas a servidores daquele Banco. Protesto contra referências feitas pelo Sr. Adhemar Santillo em aparte dado a recente pronunciamento do Sr. Nelson Marchezan sobre a posição do Governo nos episódios de São Paulo. Posição dos Líderes do PDS com relação aos acontecimentos que se verificam em São Paulo, em vista de críticas formuladas pelo Sr. Deputado Del Bosco Amaral, sobre o assunto. Resposta aos discursos proferidos pelo Srs. Ronan Tito e Max Mauro na presente sessão.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO WALTER SILVA — Considerações sobre a greve dos metalúrgicos do ABC paulista.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 3/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.711, de 12 de novembro de 1979, que autoriza o parcela-

mento da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 4/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.713, de 19 de novembro de 1979, que dispõe quanto ao Imposto de Renda devido na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 5/80-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.712, de 14 de novembro de 1979, que dispõe sobre a arrecadação das contribuições ao Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 60ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Rocha — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP;

Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Correia Lima — PDS; Hugo Napolção — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PTB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PTB; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingit Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PTB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PTB; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PTB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PTB; Honorato Viana — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PTB; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PTB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PTB; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PTB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — PMDB; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrazo — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PDS; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna; Florim Coutinho; Hydekél Freitas — PDS; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PTB; Jorge Cury; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PTB; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PTB; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria; Peixoto Filho; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PP; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Dario Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PTB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PP; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcelos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PP; Sívio Abreu Jr — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Al-

berto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marcílio — PTB; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Cunha; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achoa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Valter Pereira.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PDS; Antônio Mazurek — PDS; Ari Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Colares — PTB; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PTB; Cardoso Fregapani — PTB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cid Furtado — PDS; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PTB; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PTB; Harry Sauer; Hugoardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PTB; Magnus Guimarães — PTB; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcelos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 402 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldir Walter.

O SR. WALDIR WALTER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a ditadura continua desempenhando o seu triste papel de massacrar os trabalhadores e o povo do nosso País.

Acho que quando uso essa palavra ditadura, Sr. Presidente, eu devo um esclarecimento: não a uso com o intuito de ofender quem quer que seja, porque a ofensa não constrói nada. Uso-a, porque, realmente, acredito que o nosso País vive num regime ditatorial. Este regime ditatorial está expresso no preâmbulo da Carta outorgada, na Constituição outorgada do nosso País. Em nenhum preâmbulo de qualquer Constituição democrática do mundo podem aparecer três Ministros editando uma Carta Constitucional.

É essa Constituição que vicia todas as constituições; é com base nessa Constituição ilegítima, ditatorial, outorgada, que se editam as demais leis, leis, por conseguinte, que não merecem o nome de leis.

Há poucos dias foi decretada a intervenção nos sindicatos do ABC paulista. Não satisfeito com essa medida arbitrária e ditatorial, o Governo agora manda prender as lideranças sindicais; e manda prender, inclusive, intelectuais, professores de alta nomeada, homens que qualquer país do mundo, qualquer nação do mundo se orgulharia em tê-los como seus nacionais. E, depois de todas essas tropelias, de todos esses atos arbitrários, não se sabe quem são os responsáveis, ninguém quer assumir a responsabilidade.

O Governo federal anuncia que o problema está afeto ao Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo não diz nada. Esse comportamento também é típico das ditaduras, porque as ditaduras também não assumem responsabilidade por nada, porque caracterizam exatamente os regimes irresponsáveis.

O que nós sabemos, Sr. Presidente, o que nós sabemos, porque não somos ingênuos nem nada, é que essas ordens partem daqui do Palácio do Planalto. É o regime implantado no País há 16 anos que está agindo dessa forma.

O DOPS paulista não está nada mais nada menos do que cumprindo as determinações emanadas aqui de Brasília, embora ninguém na esfera federal queira assumir essa responsabilidade. Felizmente, apesar de todos esses atos repressivos, se observa dia após dia que o povo vai aumentando a sua capacidade de reação.

Felizmente, Sr. Presidente, os trabalhadores do ABC paulista não estão se intimidando, apesar de todas as medidas ilegais, arbitrárias, desencadeadas contra eles. Na minha opinião seria bom que se examinasse, se discutisse quem são os personagens de todos esses episódios que envergonham o nosso País, a nossa Pátria, perante o cenário internacional. De um lado nós temos os trabalhadores — a melhor matéria-prima deste País — os homens que verdadeiramente constroem o progresso brasileiro, trabalhadores que há poucos dias acenavam para os helicópteros, com metralhadoras apontadas para eles, as bandeiras nacionais. Esses sim, Sr. Presidente, esses trabalhadores que constroem a grandeza brasileira têm realmente direito, têm legitimidade para empunhar o pavilhão nacional, para empunhar a nossa bandeira! Têm autoridade para isso!

Lá de cima os helicópteros e as metralhadoras comprados com o dinheiro dos próprios trabalhadores, com o dinheiro da Nação brasileira, instrumentos que deveriam ser colocados em defesa dos nossos trabalhadores, em defesa do nosso povo, estavam exatamente fazendo o jogo dos patrões. E o que é pior, dos patrões estrangeiros, das multinacionais.

Temos outro personagem, Sr. Presidente, temos os organismos de repressão, os policiais. Policiais que chegaram, pela madrugada, na casa do Lula, o Luiz Inácio da Silva, para prendê-lo, para colocá-lo dentro de um camburão, Sr. Presidente, policiais que usam aquela linguagem pornográfica que o Brasil e o mundo conhece e que mais de uma vez foi usada lá, na hora da prisão do Luiz Inácio da Silva, policiais que são empregados da repressão, que exercem essa profissão triste e melancólica, que poderiam estar ocupando o seu tempo produzindo alguma coisa útil para a vida nacional.

E acima de tudo isso temos os governantes, os que estão aí, defendendo os interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais; temos os gerentes.

Em 1964, esses capitalistas tomaram conta do poder e precisavam aqui em nosso País, de um gerente. O primeiro gerente dos seus interesses foi o ge-

neral Castello Branco, depois foi o General Costa e Silva, depois veio o General Médici, veio o General Geisel e agora está aí o Sr. General João Baptista de Figueiredo. Ele é o atual gerente desse condomínio dos grandes capitalistas e está cumprindo o seu papel reprimindo os trabalhadores. Ele poderia intervir, por exemplo, no Grupo 14, que também tem demonstrado total intransigência: não procura o diálogo, mas tem o General João Baptista de Figueiredo que está aí para defender os seus interesses.

Fala-se em lei, Sr. Presidente. Eu volto a perguntar, que lei? Regime autoritário, regime ditatorial não tem lei. Alegam-se, por exemplo, as disposições da Lei de Greve, a qual poderia chamar-se de ato ditatorial de greve, porque não merece o nome de lei.

Acusa-se também que os trabalhadores estão infiltrados de comunistas. Aí está mais uma demonstração de desprezo à capacidade organizativa dos nossos trabalhadores. É como quem diz que os nossos trabalhadores são incapazes de se organizarem. Mas eles são perfeitamente capazes de fazerem o que estão fazendo; não precisam de nenhum tipo de infiltração.

Nós lamentamos profundamente, Sr. Presidente, essas repressões, essas prisões, mas, infelizmente, sabemos que para se conseguir a liberdade, para se conseguir superar regimes, como o regime brasileiro, precisamos atravessar todas essas fases, mesmo as mais lamentáveis. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Transcorre hoje o 35º Aniversário da atuação do 1º Grupo de Aviação de Caça na Segunda Guerra Mundial.

O dia 22 de abril é consagrado à Aviação de Caça, por ter sido a data das maiores missões do 1º Grupo de Caça.

Com apenas 22 pilotos, foram destruídos naquele dia, em 1945, 97 transportes a motor, avariados 17, destruído um parque de viaturas e imobilizados 35 veículos, destruídos 14 edifícios ocupados, avariados mais três. Avariados, ainda, uma ponte rodoviária, uma ponte de balsa e outra ferroviária, esfaceladas três posições de artilharia e um sistema de trincheira de grande importância.

Dos 48 pilotos que constituíam o 1º Grupo de Caça na Segunda Guerra Mundial, apenas 23 chegaram as últimas missões. Cinco foram feitos prisioneiros, outros foram mortos em combate e outros retirados de atividade por problemas de saúde.

Criado em 18 de dezembro de 1943, o 1º Grupo de Caça da nascente Força Aérea Brasileira foi a única unidade aérea sul-americana a cruzar os céus da Itália para combater as forças do Eixo, ao lado das nações aliadas. Nossa entrada na guerra representou toda uma gama de sacrifícios, não só por parte do Governo, mas também dos pilotos e pessoal de apoio que se deslocaram para os Estados Unidos com o objetivo de receber formação à altura da missão de guerra.

O recrutamento dos pilotos brasileiros processou-se através de um voluntariado, fato que muito contribuiu para a garantia de um moral elevado, postos à prova nas mais difíceis missões de guerra. O grupo, após passar vários meses de intensivo treinamento orientado pelos norte-americanos, no dia 10 de setembro de 1944 embarcou com destino à velha Europa, a bordo do navio transporte "Colômbie", pertencente à Marinha estadunidense.

Na Itália, o Grupo brasileiro foi integrar o 350º Regimento de Caça norte-americano, que fazia parte da 62ª Brigada de Caça subordinada ao XXII Comando Aéreo Tático da Força Aérea Tática. Esta, juntamente com a Força Aérea Costeira e a Força Aérea Estratégica, compunha a Força Aérea Aliada no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Inicialmente, os brasileiros deveriam ser incluídos na Força Aérea Costeira, mas, quando chegaram à Itália, em outubro de 1944, o panorama da guerra aérea no Mediterrâneo se modificara; ali, a aviação alemã fora varrida dos céus e a Força Aérea Costeira estava limitada a um resto de campanha anti-submarina e ao resgate de tripulações aéreas aliadas forçadas a descer no mar.

Não convinha, assim, incluir mais um Grupo de Caça na Força Costeira e nem os brasileiros pretendiam ficar inativos. Daí a inclusão na Força Aérea Tática, que prestava apoio ao famoso V Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general Mark Clark e no qual se incluía a FEB (1ª Divisão de Infantaria Expedicionária do Brasil).

O 350º Regimento de Caça compunha-se de 4 grupos — ou esquadrões, na linguagem militar norte-americana — sendo três norte-americanos e um brasileiro. Comandava-o, à época da inclusão do Grupo brasileiro, o tenente-coronel Ariel W. Nielsen, depois substituído pelo coronel John C. Robertson, da Usaf. A cadeia de comandos a que a unidade aérea brasileira estava subordinada era formada na ordem ascendente pelo Brigadeiro Robert S. Israel,

Major-General Benjamin J. Chidlaw, Tenente-General John K. Cannon e General Ira Eaker. A transferência deste para a Inglaterra provocou uma ascensão geral acrescentando-se a esse grupo o Brigadeiro Thomas C. Darcy.

Realizando seus primeiros vôos de experiência e fazendo reconhecimento da região, o 1º Grupo de Caça iniciou suas atividades operacionais de guerra no dia 14 de outubro de 1944, fazendo tremular, pela primeira vez, o pavilhão nacional em terras inimigas. A cerimônia de hasteamento de nossa bandeira foi precedida da leitura da primeira Ordem do Dia do Comandante do grupo, Major Nero Moura, que inseria o seguinte texto:

"Na história dos povos coube-nos, assim, a honra de sermos a primeira Força Aérea Sul-Americana que cruzou oceanos e veio alçar as suas asas sobre os campos de batalha europeus. Antes de entrar em ação, aqui no Velho Mundo, o 1º Grupo de Caça cumpre o sagrado dever de plantar em território inimigo a bandeira do Brasil.

Camaradas: para a frente, para a ação, com o pensamento fixo na imagem da Pátria, cuja honra e integridade juramos manter incólume. Cumprenos tudo enfrentar, com fortaleza de ânimo, a fim de manter intato esse tesouro jamais violado: a honra do soldado brasileiro... e nós o faremos, custe o que custar".

BALANÇO E BAIXAS

O grupo brasileiro lutou até o fim das hostilidades que, na Itália, cessaram a 2 de maio de 1945. Para que se faça uma idéia do que realizou basta que se recorde que, de 6 a 29 de abril, a ele couberam 5% das saídas executadas pelo XXII Comando Aéreo-Tático e, no entanto, dos resultados totais obtidos por este, 15% foram creditados aos brasileiros.

Nos primeiros quatro meses de 1945, os aviões do "Senta a Pua" — apelido de nosso Grupo — fizeram 1.728 saídas e foram atingidos pela artilharia antiaérea inimiga 103 vezes, o que perfaz a média de um avião atingido para cada 17 saídas. A média do número de saídas diárias, nos dias em que havia vôo, era da ordem de 20.

O Grupo iniciou suas atividades na Itália com 39 pilotos e terminou a guerra com 23. Dentre os 48 oficiais do Grupo, que realizaram missões de guerra, como pilotos, houve ao todo 22 baixas, sendo que cinco foram mortos, abatidos pela artilharia antiaérea alemã, oito tiveram seus aviões derrubados mas saltaram de pára-quadras, seis foram afastados de vôo por recomendação médica e três faleceram em acidentes de aviação.

A primeira baixa em combate foi a do segundo-tenente Johan Richardson Cordeiro e Silva, abatido na região de Bolonha, em 6 de novembro de 1944, quando fazia uma semana que os nossos pilotos tinham começado a participar de missões de guerra, voando seus próprios aviões mas integrando esquadrilhas norte-americanas. Só a 11 de novembro o Grupo passou a operar com esquadrilhas só de oficiais brasileiros e a receber seus próprios objetivos para ataque.

Os despojos dos mortos foram inumados no Cemitério Brasileiro de Pistoia, Itália e, posteriormente trasladados para o Brasil, onde repousam hoje na Cripta dos Monumentos aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, no Rio.

Ao todo, o 1º Grupo de Caça executou 445 missões, com 2.546 saídas ofensivas, e 4 defensivas, registrando 5.466 horas de vôo em operações de guerra e consumindo 4.058.651 litros de gasolina em seus aviões.

O oficial que executou maior número de missões foi o 2º tenente da reserva, convocado, Alberto Martins Torres, com 99 missões e o que desempenhou menor número — 1 missão — foi John Richardson Cordeiro e Silva.

Executaram missões de guerra, voando no 1º Grupo de Caça, os seguintes oficiais aviadores, relacionados na ordem decrescente do número de missões cumpridas: 2º tenente da reserva convocado Alberto Martins Torres; 2º ten. Helio Langsch Keller, cap. Roberto Pessoa Ramos (ferido em combate); 2º ten. Pedro de Lima Mendes; cap. Horácio Monteiro Machado; 1º ten. Ruy Moreira Lima; 1º ten. Alvaro Eustorgio de Oliveira e Silva; 2º ten. José Rebelo Meira de Vasconcelos; 2º ten. Renato Goulart Pereira (abatido em combate, conseguiu saltar sobre território amigo); 1º ten. Luiz Lopes Dornelles (morto em combate); 2º ten. Newton Neiva de Figueiredo; 2º ten. Marcos Eduardo Coelho de Magalhães (abatido em combate, saltou, feriu-se e foi aprisionado pelos alemães); 2º ten. Leon Roussouliere Lara de Araujo; cap. Newton Lagares da Silva; 1º ten. Luiz Felipe Pérdigão Medeiros da Fonseca; aspirante da reserva convocado Fernando Correa da Rocha; aspirante da reserva convocado Diomar Menezes (ferido em combate); 2º ten. Paulo Costa; aspirante Roberto Tormin Costa; tenente-coronel Nero Moura (comandante do Grupo, 65 missões); 2º ten. da reserva convocado Armando de Souza Coelho (abatido, saltou de pára-quadras em território amigo); aspirante da reserva convocado Fernando Soares Pereyron Mocela (ferido em combate); capitão Teobaldo Antonio Kopp (abatido, saltou de pára-quadras escondendo-se entre "partisanos"); 1º ten. Othon Correa Neto (abatido, saltou e foi aprisionado

pelo inimigo); cap. Fortunato Câmara de Oliveira; cap. Latayere Cantarino Rodrigues de Souza; aspirante da reserva convocado João Milton Prates; aspirante da reserva convocado Raimundo da Costa Canário (abatido, saltou de pára-quadras e desceu nas linhas avançadas da FEB); major Osvaldo Pamplona Pinto; aspirante da reserva convocado Frederico Gustavo dos Santos (morto em combate); 1º ten. Josino Maia de Assis (abatido, saltou de pára-quadras e foi aprisionado); 1º ten. Ismar Ferreira da Costa; 1º ten. João Mauricio Campos de Madeiros (abatido, saltou de pára-quadras e caiu sobre fios de alta tensão, morrendo eletrocutado); capitão Joel Miranda (abatido, saltou sobre território inimigo, escondendo-se entre "partisanos"); 1º ten. Roberto Brandini (ferido e abatido, saltou de pára-quadras e foi aprisionado pelos alemães); cap. John F. Güyers, da Força Aérea dos EUA e oficial de ligação; aspirante da reserva convocado Fernando de Barros Morgado; 1º ten. Aurélio Vieira Sampaio (morto em combate); aspirante da reserva convocado Jorge Maia Poucinha; tenente-coronel Nelson Freire Lavenere Wanderley (oficial de ligação junto à Força Aérea Aliada do Mediterrâneo, 13 missões); 2º ten. da reserva convocado Danilo Marques de Moura (irmão do comandante do Grupo, abatido em combate, saltou de pára-quadras e, atravessando a pé a zona de combate conseguiu voltar às linhas aliadas); 1º ten. José Carlos de Miranda Correa; 2º ten. da reserva convocado Helio Carlos Cox; major Marcílio Gilson Jacques (comandante do escalão terrestre do Grupo, 2 missões); 1º ten. Waldir Paulino Pequeno de Melo (falecido em acidente de aviação); 1º ten. Rolland Rittmeister (falecido em acidente de aviação); 1º ten. John Richardson Cordeiro da Silva (morto em combate); 1º ten. Ismael Mota Paes (não apuramos quantas missões cumpriu; saltou de pára-quadras e foi aprisionado pelos alemães).

Desses oficiais, além de Nero Moura, hoje com 70 anos de idade, outro chegou a Ministro da Aeronáutica, Nelson Freire Lavenere Wanderley, 1964. Um deles, Ismael Mota Paes, hoje major-brigadeiro, comandante do 3º COMAR, se está despedindo da ativa; aprisionado na guerra, Ismael, depois de preso passou por inúmeros campos de concentração, terminando em Stettin, na Prússia, de onde foi libertado pelo avanço das tropas russas.

Sr. Presidente, na oportunidade, impõe-se-me o dever de ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, a Ordem do Dia baixada pelo Tenente-Brigadeiro Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica:

"Quando as palavras não bastam, a força é, muitas vezes, o caminho da paz, pois que o pacifismo não há que ser confundido com a fraqueza e, muito menos, boa vontade com a covardia.

A força, quando a serviço da moral e da razão, é um instrumento da paz, quer com ela conviva harmoniosamente, garantindo e sustentando valores que se situam acima de aparentes oposições.

Assim sendo, as guerras, a par dos seus flagelos inevitáveis, representam, em determinados momentos históricos, a busca do equilíbrio perdido, o caminho inevitável que deve ser julgado pelos seus objetivos finais, onde a paz é a meta e a justiça o guia.

O envolvimento do Primeiro Grupo de Aviação de Caça, no esforço de guerra aliado, é um exemplo de luta por princípios, onde o espírito de liberdade animava a vontade de vencer. Vencer muito mais do que o combate imediato, vencer muito mais que homens e países, pois lutávamos para vencer uma ideologia insensata, que as palavras não conseguiram conter e que jamais seria barrada senão pela voz dos canhões.

Aqui estamos pelos que lutaram, pelos que morreram, pelos que souberam fazer de suas armas, de seus aviões, um instrumento de paz muito mais efetivo que todos os discursos perdidos nos anos que antecederam o conflito.

Hoje, quando comemorado o 22 de abril de 1945, marco de um "esforço máximo" reconhecido nos anais da guerra, que viva no coração de cada integrante de nossa Força Aérea o orgulho por ser um combatente, alguém capaz de, vencendo as emoções, ver, através dos escombros da guerra, os céus libertos que ajudamos a construir."

Sr. Presidente, já não é preciso aditar outras razões para justificar minha presença nesta tribuna a fim de homenagear a gloriosa Força Aérea Brasileira, pelo transcurso de mais um aniversário da heróica participação do 1º Grupo de Aviação de Caça na Segunda Guerra Mundial, honrando as dignificantes tradições de bravura do militar brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Iranildo Pereira.

O SR. IRANILDO PEREIRA (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Os inimigos da Pátria, da Nação e do povo brasileiro, encastelados no autoritarismo de 16 anos, mais uma vez engendram um novo golpe. A Nação está perplexa diante das notícias que são colocadas diariamente ao seu alcance. O Governo, para ir a Ouro Preto — cidade pacífica e pacata — preparou todo um aparato para tentar justificar à Nação a existência de um movimento contrário às autoridades brasileiras. Centenas de pessoas foram presas de anteaconte para ontem e, utilizando-se das mesmas técnicas do passado bem recente, o Governo “descobre” supostos aparelhos para tentar mostrar à Nação que se organizam movimentos subversivos; e essa posição do Governo, totalmente descaracterizada, por faltar à verdade, tem um único objetivo: buscar unir as forças reacionárias para investir contra a população brasileira; contra as classes trabalhadoras e as grandes maiorias que estão aí no sofrimento.

O eixo da luta também se desloca para São Paulo, quando os metalúrgicos, em seu legítimo direito de buscar melhores condições de vida e de salário, encerram os processos de negociações e entram nesta greve que dura já alguns dias; que vêem claramente a intransigência e a intolerância dos patrões, dos cominadores, com a total cobertura do Poder dominante e, não se contendo com a greve, em mais uma ação repressiva, decreta a intervenção em São Paulo nos sindicatos metalúrgicos. E, insatisfeito porque a reação dos operários continua, resolve o Governo agredir a classe operária brasileira, prendendo um dos seus mitos, um dos seus verdadeiros líderes, que é o Lula. Inconformado em agredir a classe operária, o sistema agride a sociedade brasileira, os cientistas, os advogados, com a prisão de Dalmo Dallari. Insatisfeito ainda porque a violência não atingiu ainda os seus objetivos, o Governo revoga a Constituição através de uma simples portaria emitida pelo Diretor do DOPS em São Paulo, proibindo qualquer manifestação pública, caracterizando, de início, na área do ABC; mas pelo teor da portaria essa proibição se alarga por todo o território paulista. Parlamentares e líderes sindicais buscam as autoridades para encontrar uma solução. O Senador Teotônio Vilela entra em diálogo com o Secretário de Polícia, e o Secretário de Polícia assume a responsabilidade pelo que está acontecendo em São Paulo; o mesmo Senador busca os representantes dos trustes da exploração nacional, para a reabertura das negociações, mas a intransigência e a intolerância dos empresários impede que isso venha a acontecer. Hoje, os metalúrgicos de São Paulo realizarão uma nova assembleia-geral, contrariando a portaria ilegítima do Diretor do DOPS que na verdade é um mero subscritor, porque está dito no próprio texto que ele está obedecendo ordens superiores. E essas ordens superiores não ficam apenas no território paulista; essas ordens superiores partem efetivamente do Planalto Central, e para comprovar aqui está a declaração do Ministro da Justiça:

“Estou inteiramente solidário com todas as ações desencadeadas pelo Governo Federal em São Paulo, em relação à greve dos metalúrgicos.”

E essas ações visam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estabelecer um confronto que poderá ser um massacre geral, hoje, em São Paulo, pois se as autoridades se mantiverem com o mesmo propósito que estavam ontem, de reprimir a qualquer custo qualquer manifestação, não tenho dúvida de que hoje em São Paulo poderá haver um derramamento de sangue. A ocupação militar já aconteceu em São Bernardo do Campo; policiais adestrados estão dispostos a, recebendo uma só determinação, promover um massacre que interessa menos à classe operária, mas que, pelo que entendemos, está interessando muito mais ao sistema, para que ele possa desferir mais um golpe, endurecendo o regime contra a sociedade brasileira.

Neste instante, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero desta tribuna afirmar que tudo que acontecer em São Paulo será da única e exclusiva responsabilidade do Presidente da República que, através do seu Ministro da Justiça, apóia totalmente o que foi feito e o que vier a se fazer em São Paulo. E por tudo isto o Governo será o único responsável pelo que vier a acontecer, neste instante dramático por que passa a Nação e o operariado brasileiro.

A Nação não suporta mais esse arbítrio; a Nação não suporta mais conviver com um regime totalitário, um regime de força. Queremos liberdade e repudiamos, de forma categórica e enérgica, em todos os níveis, a implantação de uma nova ditadura em nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Embora com algum atraso, mas não sem profundo pesar, registro nos Anais do Congresso Nacional o falecimento do Sr. José Danda Filho, ocorri-

do no dia 1º passado, em Recife (PE). Sua morte deixa um grande vazio. Conforta, contudo, o seu legado de exemplos que, certamente, será sustentado pelos filhos que educou e preparou para sucedê-lo e honrá-lo. Resta agora a recordação da sua extraordinária figura de profissional e cidadão de grande estatura moral.

A lacuna que deixou, dificilmente será preenchida, e durante muitos anos sua figura será lembrada, em preito de gratidão e à guisa de exemplos para as gerações que as sucederem.

José Danda Filho distribuía benefícios a mancheias a quantos, tangidos pela necessidade, o procuravam. A morte ceifou, traiçoeiramente, uma grande árvore que dava sombra e sustentava ninhos. O fragor da queda do grande gigante ecoou por toda a floresta e ribombou pelo imenso céu. José Danda Filho foi um grande gigante, na família e na sociedade. Foi ótimo pai de família, excelente cidadão.

Deus o tenha bem perto de si.

Era o que tinha a dizer.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NILSON GIBSON EM SEU DISCURSO.)

MORTE DE DANDA FILHO TEM PESAR

O Deputado Newton Carneiro (PMDB) pediu, ontem, na Assembleia Legislativa, para que a Casa formule um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Danda Filho, pai do editor político deste Diário, José Danda Neto. O falecimento do Sr. José Danda Filho ocorreu no dia 1º passado, no Recife, tendo sido realizada, ontem, a missa de sétimo dia.

Junto a isso, o Deputado Newton Carneiro formulou apelo ao Ministro da Educação, Eduardo Portella, no sentido de que seja mantido aos estudantes que utilizavam o Crédito Educativo, o auxílio-manutenção, no valor de Cr\$ 1.100,00, que vinha sendo pago até antes da reformulação feita naquela linha de crédito aos universitários.

“O Crédito Educativo — disse o Sr. Newton Carneiro — com o auxílio-manutenção, mesmo sendo de pequeno valor, devia ser amplamente divulgado politicamente, por ser medida boa e de alcance social. Infelizmente, o Arenão (PDS) não tem sabido tirar proveito eleitoral desta excelente medida governamental, o mesmo ocorrendo com outra medida magnífica que é a aposentadoria dos velhos que nunca antes contribuíram para a Previdência Social. Seriam duas grandes armas a neutralizar a perda de popularidade do Governo por causa do custo de vida.”

CÂMARA APROVA VOTO DE PESAR

Diário de Pernambuco — 18-4-80.

CARUARU — O falecimento do Sr. José Danda Filho, ocorrido no dia 1º de abril, no Recife, consternou os meios sociais e políticos desta cidade, tendo a notícia repercutido principalmente na Câmara Municipal de Caruaru.

Em reunião daquele Poder, realizada no dia 8 do corrente, foi consignado na Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Danda Filho.

Justificativa

O autor do projeto, vereador Fernando Soares da Silva, disse que o Sr. José Danda Filho, apesar de residir há muito tempo na Capital do Estado, “era pessoa querida aqui e nos seus pagos, no município de Taquaritinga”.

Acrescentou Fernando Soares que “as raízes do Sr. José Danda Filho, em Caruaru, são atualmente representadas pelos seus sobrinhos, Dr. José Danda Neves e pelo Bacharel Afonso Neves, criaturas muito estimadas e que já são um patrimônio de nossa terra”.

“Há pouco — disse o vereador — aportou aqui um seu filho: o médico José Albérico Danda que, por suas virtudes de caráter e grande dimensão humana, já pode ser considerado nosso irmão telúrico. O Sr. José Danda Filho deixou viúva e seis filhos, entre eles o editor político do *Diário de Pernambuco*, jornalista José Danda Neto”.

Afirmou, ainda, Fernando Soares, que o Sr. José Danda Filho não era conhecido apenas de Caruaru, mas de quase toda a região do Agreste, onde foi chefe político em Taquaritinga do Norte — ligado à ex-UDN: “Exerceu, igualmente, diversas funções públicas, destacando-se as de Adjunto de Promotor e Delegado, em várias ocasiões”.

“À dor e à saudade dos seus familiares juntou-se a nossa solidariedade nessa hora de angústia pela ausência do ente querido”, finalizou o vereador Fernando Soares, cuja cópia do requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Caruaru (nº 93/80), foi endereçada ao jornalista José Danda Neto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado-Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tenho a impressão de que esta é uma oportunidade ímpar para o Congresso Nacional, como representante maior e direto do povo brasileiro, ainda que exceção possamos fazer àqueles que estão no Congresso Nacional sem o voto do povo, este é o momento ideal, volto a repetir, para que o Congresso Nacional, de uma vez por todas, assumo o seu papel e a sua responsabilidade perante o povo brasileiro:

O impasse de São Paulo, operários que não voltam ao trabalho, de um lado, patrões que não cedem, do outro, e a polícia dando um triste espetáculo, trazendo de volta a repressão violenta, trazendo de volta as prisões, este clima de São Paulo, este contexto de São Paulo, que tem já uma projeção similar em Ouro Preto e que depois se estende para uma área rural do Norte ou do Nordeste, tudo isso faz parte de um contexto global político que, de uma vez por todas, vai ou não, contar com a participação do Congresso Nacional, em uma participação que não se marcará pelos posicionamentos isolados ou grupais, favoráveis ou desfavoráveis àquela ou outra facção.

O que é preciso, Sr. Presidente, é que nós, até numa espécie de autocrítica, cheguemos à conclusão de que, dentro do Congresso Nacional, no meio da maior crise nacional, desde a posse do Presidente João Batista Figueiredo, porque outras crises nacionais tivemos em outros períodos, o Sr. Luiz Viana, Presidente do Congresso Nacional, Senador da República, usa de todos os artifícios para impedir que uma emenda de fortalecimento do Congresso Nacional e, conseqüentemente, do instrumental político da Nação possa ser apreciada, e não cumpre o Regimento, impedindo que o Congresso Nacional se muna de maiores poderes. Mas, para os casos já vigentes, este Congresso Nacional já tem poderes suficientes, se coragem, se altivez e se responsabilidade tiverem os seus membros, para intervir decisivamente na crise nacional. E intervir como, Sr. Presidente?

Permita-me responder: intervir levando o pensamento daqueles que não estejam a serviço nem de causas extremistas, de esquerda ou de direita, mas que estejam justamente a favor das causas populares, que estejam a favor da tese de que é impossível no Brasil apagar as crises, sem modificação do fulcro das crises que é o modelo econômico vigente.

Os 14 de São Paulo, ou os 30 mil desta República que foram nominados pelo Ministério da Fazenda — os 30 mil ricos deste País, acho que são menos — esses homens e essas empresas, nacionais e multinacionais, devem compreender que com essas medidas de violência, com essas medidas que ferem os princípios do direito, só irão simplesmente adiar um pouco mais a lenta agonia dos que usam a exceção e o arbítrio para satisfação de seus próprios interesses econômicos, em detrimento dos interesses da própria Nação.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a que está na oitava deste discurso, que hoje, no exercício da Presidência, mas Vice-Presidente do Senado e, conseqüentemente, do Congresso Nacional, transmitisse a nossa viva preocupação de que este Congresso, por sua Presidência, a Câmara Federal por sua Presidência, as Lideranças dos Partidos não podem continuar este verdadeiro jogo de avestruz, de esconder a cabeça na areia como se nada estivesse ocorrendo. Nós não sabemos, Sr. Presidente, se neste exato momento a jagunçada, que serve à repressão, não está provocando mortes que podem desencadear, para a tristeza de todos os brasileiros, um processo irreversível de desordem e de caos na Nação.

Desta forma, Sr. Presidente, com toda a humildade que deve caracterizar a minha certeza de que sou um dos menos ilustre e talvez mais desconhecidos membros do Congresso Nacional, eu reitero um apelo — e não o faço por medo do futuro porque marcadamente tenho estado do lado do povo, e quem está do lado do povo não precisa ter medo do futuro — eu reitero o meu apelo às consciências do Congresso Nacional, para que promovam nesta Casa um grande debate em defesa da ordem e da legalidade, em defesa do povo brasileiro. Caso contrário, Sr. Presidente — não vai uma ameaça, vai o meu justo temor — nós teremos dias negros para o Brasil.

Digo isto com as condições de um homem que calmamente, e dentro de uma técnica legislativa, deseja tão-somente que os políticos que compõem o Congresso Nacional, independentemente de suas cores partidárias, deixem de fingir que nada está acontecendo, porque algo muito grave está acontecendo no País.

E o que me permito dizer nesta sessão do Congresso Nacional, submetendo a V. Ex.^a que é uma das autoridades deste Congresso Nacional, esta preocupação, a preocupação com os destinos e a ordem de nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Cechinel.

O SR. LUÍS CECHINEL (PT — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A democracia do General Figueiredo está posta na mesa, servida com iguarias as mais sofisticadas, tais como cassetetes, bombas de efeito moral, de gás lacrimogênio, pancadarias de toda a natureza, a polícia posta na rua, com todo o aparato tecnológico de que dispõe, a fim de impedir que os trabalhadores brasileiros possam refletir as suas mais justas reivindicações.

O que estamos vendo em São Bernardo do Campo, em Santo André, no ABC e, particularmente, na Cidade de São Bernardo, onde estão situadas as maiores indústrias deste País, é algo inominável, é algo inqualificável, porque a Nação não aceita que os nossos obreiros sejam tratados da forma como vem sendo feita durante todo este período, a partir da implantação da ditadura em 1964, em nosso País, simplesmente servindo de “carne” para o apetite insaciável das multinacionais, protegidas por uma meia dúzia de tecnocratas que se implantaram no poder, e que mais não fizeram senão explorar a nossa gente e a nossa Pátria, fazendo com que o Brasil passasse a ser simplesmente uma empresa, palco da exploração dos grupos internacionais que aqui se estabeleceram e se encastelaram.

Então, Sr. Presidente, para conseguir manter esse estado de coisas, impõem a repressão sobre o nosso povo, fazem a intervenção nos sindicatos em greve, prendem lideranças as mais representativas deste País, tais como Lula é outros nomes da maior dignidade, sob a justificativa, inclusive, de que os Tribunais houvessem declarado a ilegalidade das greves, razão de que se utilizaria o regime em vigor para, dessa forma, usar do arbítrio e jogar a polícia contra o nosso povo. Isso não corresponde à verdade, tanto é prova o que aconteceu também nestes dias, em Ouro Preto, quando da prisão de inumeráveis cidadãos daquele Município — estudantes, pessoas do povo — apenas para se permitir, assim, que o General Figueiredo pudesse falar incólume, não pudesse, com a sua presença ali, verificar o descontentamento que escorre pelas camadas da população brasileira.

Ainda assim, Sr. Presidente, isso não é suficiente para impedir que o povo continue manifestando a sua desaprovação a este regime. Isto é manifestado pela decisão inabalável dos operários de São Bernardo e de Santo André de manterem a sua resistência.

Estivemos presentes naquela região, ainda neste fim de semana, e ficamos estarecidos, quando verificamos que, ainda que a polícia houvesse atingido inúmeras pessoas, ainda que houvessem sido hospitalizadas muitas pessoas, muitos operários que participavam dos acontecimentos locais, ainda assim a Direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, em reunião a que estivemos presentes, com outros Deputados, revelava a sua disposição, a sua capacidade de luta, de reação a mais uma tentativa do regime de submeter os nossos operários.

Sr. Presidente, é preciso que o Governo mantenha a cabeça no lugar, é preciso que o Governo mantenha o equilíbrio e não permita que, com atitudes impensadas e precipitadas, a cidade de Santo André seja palco de um banho de sangue.

Agora neste momento, em São Bernardo, deverá haver uma assembléia, como ontem ocorreu em Santo André. Nesta assembléia os operários irão, sem dúvida alguma, manifestar a sua disposição de permanecer em greve, irão determinar-se numa resistência incontinida, para que as suas reivindicações mais prementes sejam atendidas.

É preciso que, neste Congresso Nacional, as Lideranças de todos os Partidos que aqui se fazem presentes também manifestem a sua solidariedade, também manifestem a sua disposição de contribuir para que aquela situação se deságue naturalmente, para que a greve termine, inclusive com a restauração dos direitos dos sindicalizados, para que a intervenção seja suprimida, retornem as diretorias aos sindicatos, que essas Lideranças e todos os parlamentares desta Casa adquiram a consciência de que, enquanto o Congresso Nacional não se impuser ao Governo deste País, estaremos sofrendo os percalços que hoje estamos enfrentando, passando sobre o opróbrio de vermos que a nossa Nação é entregue impunemente aos grupos internacionais, que o nosso povo é submetido à mais vil exploração e que, assim, o nosso País não atingirá o grau de independência e soberania que todos estamos a requerer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Trazemos a nossa palavra de preocupação com os recentes acontecimentos no ABC paulista, sobretudo pelo agravamento da situação, determinado por atos impensados do Governo que aí está.

Num desmentido cabal à propalada abertura política, o Governo tem re-
quintado as suas ações em mostrar que, na verdade, vivemos ainda tempos de
ditadura feroz.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que a greve é fato normal e corriqueiro em
qualquer democracia que preze este nome, em qualquer parte do Mundo.
Agora mesmo assistimos a episódios de greves nos Estados Unidos, em Nova
Iorque e na Inglaterra. Por exemplo, a greve dos metalúrgicos, na Grã-
Bretanha, durou cerca de 3 meses. Nem por isso o governo inglês usou de re-
presália, de violência, não colocou tropas do Exército, não colocou tropas da
polícia para espancar, para prender e para tentar dizimar o movimento sindi-
cal e grevista.

Pois o Governo brasileiro foi mais além, Sr. Presidente. Não só tomou o
lado ostensivo do patronato, e nesse patronato estão as empresas multinacio-
nais, as empresas estrangeiras instaladas neste País com o objetivo claro e de-
finido de espoliar o nosso povo, a nossa gente e as nossas riquezas; pois, este
Governo, que há poucos dias demitiu o General Andrada Serpa apenas por-
que este militar tomara uma posição nacionalista em defesa do povo brasilei-
ro, em defesa das nossas riquezas, este mesmo Governo que demitiu esse Ge-
neral, porque se mostrara brasileiro, é o mesmo Governo que, no dia seguin-
te, destituiu o líder máximo dos metalúrgicos deste País — o operário Lula,
apenas porque, cumprindo uma obrigação sua, de dirigente do seu Sindicato
e atento às reivindicações da sua classe passou a liderar o movimento justo de
reivindicação salarial e de direitos trabalhistas. Pois bem, este mesmo Gover-
no que usou helicópteros armados de metralhadoras, agora joga a polícia do
Estado de São Paulo contra pacíficos trabalhadores. E mais, Sr. Presidente,
agrade até mesmo a sociedade brasileira como um todo: prende advogados,
prende cientistas, prende engenheiros, prende pessoas simples do povo,
ameaça com mais prisões, enquadra essas pessoas na Lei de Segurança Nacio-
nal, cuja existência já é um atentado à própria dignidade nacional. Este Go-
verno que tudo isso faz, ainda ameaça hoje com mais represálias o movimen-
to dos trabalhadores que, em assembléia, vão decidir, em São Bernardo do
Campo, se o movimento grevista continua ou se encerra.

Na verdade, o Governo apenas está acirrando ainda mais esse movimen-
to grevista, não se sabe com que objetivos, se é exatamente para justificar um
retrocesso político, se é para retornarmos àqueles quadros e àqueles dias es-
curos da ditadura que há pouco tempo vivemos.

Tudo leva a crer, Sr. Presidente, que estamos diante de uma ameaça de
retrocesso, incompatível com a dignidade do próprio povo brasileiro.

Ficam, portanto, aqui, o nosso protesto mais veemente; a nossa solidari-
dade ao movimento grevista de São Paulo e a nossa solidariedade à Igreja
Católica, que tomou posição decidida em favor dos operários, dos humildes,
dessa gente pobre e sacrificada, ameaçada e espancada nas ruas pela polícia
do Sr. Paulo Maluf; a nossa solidariedade a essa Igreja que foi ofendida por
elementos do próprio Governo, por Senadores e Deputados que representam
a Maioria, nesta Casa e no Senado Federal.

Ficam, portanto, o nosso protesto e a nossa palavra de apoio, porque na
verdade o que a Igreja de São Paulo, o que a Igreja Católica do Brasil, o que a
Igreja Universal está fazendo é, exatamente, cumprir o evangelho de Cristo, é
exercitar, na prática, o sermão da montanha. Se ela tiver que pagar por isso
um martírio a mais, que o faça na certeza de que está cumprindo a sua missão
evangélica e que todos nós estamos solidários e dispostos a esse sacrifício,
porque é inconcebível que este Governo tenha tomado tão ostensivamente,
tão rombudamente o partido dos patrões e, sobretudo, o partido das multina-
cionais que espoliam a pobre Nação brasileira. Muito obrigado. (Muito
bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre
Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna para saudar os participantes do IX Congresso Bra-
sileiro de Assembléias Legislativas. Saúdo e faço votos de êxito ao encontro
que recebe o apoio de parlamentares dos vários Partidos e de vários pontos
do País. Porém, gostaria de dirigir uma saudação especial aos parlamentares
vindos do meu Estado, munidos do mesmo espírito de contribuir para o aper-
feiçoamento político-institucional deste País.

Sei que são inúmeras as teses a discutir, de relevância maior para os pa-
rlamentos estaduais. Porém, gostaria de fazer um apelo aos parlamentares
dos vários Estados, para que se detenham no exame mais profundo das pro-
postas de fortalecimento do Poder Legislativo no País. E aqui nada mais váli-
do, oportuno e adequado do que discutir a proposta de restauração das prer-
rogativas do Congresso Nacional, proposta que o Deputado Flávio Marcello
como bem diz não é sua, mas destas duas Casas, e que não busca apropriar

atribuições e responsabilidades do Executivo, mas, apenas, recuperar a credi-
bilidade, o respeito e a confiança da Nação nos seus legítimos representantes.

Que os nossos colegas dos parlamentos estaduais entendam e aceitem
que o fortalecimento e a recuperação de um mínimo de autonomia por parte
deste Poder terá reflexos maiores na ampliação do próprio Poder e na valori-
zação dos parlamentos estaduais.

Portanto, tragam eles total apoio ao Presidente Flávio Marcello; e façam
um apelo ao Presidente do Senado Federal para que não gere limitações, obs-
truções à tramitação em tempo hábil deste que é o mais relevante projeto em
andamento nestas duas Casas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre
Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Pronuncia o seguin-
te discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós assistimos surpresos às palavras dos ilustres Deputados da Opo-
sição, Waldir Walter, Danilo Pereira, Del Bosco Amaral, Luiz Cechinel e
Walter Silva, a respeito das questões ocorridas em São Paulo.

Sr. Presidente, fala-se em ilegitimidade do Governo; fala-se — digamos
assim — em ilegitimidade das leis. Ora, se adotarmos essa tese de ilegitimida-
de das leis, nós iremos para o caos e, por certo, não estamos convocando a
Nação para o caos. O que todos devemos aspirar, de fato, é que o País consi-
ga enfrentar os seus desafios.

Há multinacionais atuando neste País, não há dúvida. Há multinacionais
econômicas, mas há também multinacionais políticas. As multinacionais eco-
nômicas e políticas têm as suas matrizes em outros países e seus objetivos, às ve-
zes, em outros países. Podem tê-las em Washington, como diz o ilustre colega,
mas também podem tê-las em Moscou, em Havana, enfim, em várias capitais do
mundo.

Ficam aqui para os Srs. Congressistas as nossas observações e as conclu-
sões que devem de tanto tirar.

Quanto, Sr. Presidente, aos fatos ocorridos em Minas Gerais, não sabe-
mos das prisões aqui focalizadas pelos Srs. Deputados. O que houve foi a des-
coberta de um plano para atuação terrorista: o titular desse plano não foi en-
contrado, está desaparecido, e a polícia não conseguiu ainda localizá-lo para
que ele possa indicar os objetivos da sua trama.

Quanto à Igreja Católica Brasileira — se não me engano, foi este o termo
do nobre Deputado Walter Silva, talvez S. Ex^a devesse falar na Igreja Católi-
ca Apostólica Romana — ela não está representada em São Paulo, na
atuação de ilustres representantes do clero brasileiro. Não. Ali, estão dignos
representantes da Igreja, mas não a Igreja pela palavra do Vaticano porque
esta só fala pela voz do Sumo Pontífice.

Eu sei que existem representantes nesta Casa simpáticos à chamada "ala pro-
gressista" da Igreja. Estamos prontos a debater com S. Ex^a no tocante a
essa questão teológica da atuação de representantes da Igreja em fatos políti-
cos. Eles podem atuar em fatos políticos de acordo com a sua consciência,
mas em nome da Santa Igreja Católica, o titular da Igreja de Roma, Sua San-
tidade o Papa, é que pode nos dizer quais são os caminhos a tomar em face de
casos, concretos. A não ser que se queira, Sr. Presidente, criar uma Igreja
Brasileira; aí já é uma outra questão que não nos cabe discutir, aqui, agora,
mas que poderá ser discutida ainda num momento adequado.

Sr. Presidente, vou deixar para que seja registrado nos Anais um artigo
do *Journal do Brasil*, insuspeita folha da imprensa brasileira, que, no dia 18 de
abril de 1980, através de artigo de fundo com o título "Na mira da lei", focali-
za o movimento grevista de São Paulo que foi causa dos acontecimentos pos-
teriores ali ocorridos.

O artigo, de início, diz o seguinte — e peço à Oposição que ouça, ela que
gosta de fazer menção aos grandes jornais brasileiros:

"NA MIRA DA LEI

A intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos dos
metalúrgicos de Santo André e São Bernardo é medida legal.

O mais que pode ser dito é que houve demora, excessiva e inú-
til; por parte do Governo em aplicar a lei.

A ninguém escapou que a greve dos metalúrgicos vinha sendo
deliberadamente programada com intenção política. Estruturou-se
ostensivamente como um desafio à lei e um ato de confronto com a
autoridade do Governo.

À medida que o movimento perdia as aparências reivindicatórias,
sobressaía o aspecto político que acabou sendo assumido pe-
los dirigentes metalúrgicos. A retórica das assembléias desafiava, in-
clusive, o Governo à intervenção, isto é, à aplicação da lei.

Um movimento que se organiza tendo em vista o impasse nas
negociações está animado de intransigência. Não havendo acordo

no entendimento direto entre as partes, a Justiça do Trabalho decide. Como não poderia haver acordo, nos termos de rendição exigidos pelos dirigentes sindicais, o TRT decidiu a questão da produtividade. Fixou um percentual superior à oferta dos empresários.

A questão da ilegalidade, com a qual empresários e autoridades transigiram até então, tornou-se explícita. A continuação da greve adquiriu então o sentido de desrespeito a uma decisão da Justiça do Trabalho. O desafio político ficou exclusivo no movimento dos metalúrgicos. Nem mesmo a decisão posterior do TRT, declarando formalmente a ilegalidade da greve, persuadiu os metalúrgicos e seus dirigentes sindicais. Já haviam saído da lei e se alinhado na mira das sanções legais.

Nada mais restava ao Governo senão aplicar a intervenção para fazer cessar um movimento que perdeu de vista o atendimento das reivindicações salariais que lhe deram origem e pretexto.

O princípio da autoridade é a mais importante referência com que conta a sociedade brasileira na fase da abertura do regime. O direito de greve só encontrou viabilidade no momento em que o Governo começou a franquear o exercício dos direitos democráticos. Por isso assume sentido político indesejável uma greve que pretende desacreditar a lei e a autoridade que a admitem.

Por duas vezes os dirigentes metalúrgicos poderiam ter encerrado o movimento em demonstração de respeito à lei. Desrespeitaram a decisão da Justiça do Trabalho na questão da produtividade, recusando-se a patrocinar a volta ao trabalho. Perderam os dirigentes a primeira oportunidade. Em seguida recusaram-se a aceitar a declaração de ilegalidade. Nada mais resta a fazer do que aplicar a lei, com todas as suas consequências."

Falou o citado jornal em: "deliberadamente programada com intenção política". O que nós estamos vendo aqui? São ilustres líderes políticos desta Casa aplaudindo um líder político, que é o Sr. Luiz Inácio da Silva, que se não me engano, é o Chefe do PT em São Paulo. Nós não sabemos se o Sr. Luiz Inácio da Silva — o popular Lula — quando ele fala aos trabalhadores paulistas, se pronuncia como líder sindical ou como chefe político. Agora, então, vem a tese: ele é as duas coisas.

Será que S. Ex^{as} sustentam que o sindicato pode se transformar em instrumento de agitação política? Sr. Presidente, o sindicato existe para defender os interesses dos operários, não é para fazer jogo partidário; sindicato existe para defender as classes trabalhadoras e não para fazer jogo de Partidos. Isto, em qualquer parte do Brasil, seja em Conquista, na Bahia, seja em Pernambuco, seja em Minas Gerais, seja no Rio Grande do Sul, seja no Paraná, em qualquer cidade. Sindicato é para defender os interesses dos trabalhadores e não para defender os interesses da política-partidária do partido político, de lideranças políticas e ter em vista objetivos políticos.

Sr. Presidente, fica aqui o nosso protesto: sindicato é para defender os trabalhadores e não para defender as lideranças políticas que pretendem à custa dele se eleger. Sindicato, Sr. Presidente, é para defender os trabalhadores e não doutrinas e agitações políticas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 3, 4 e 5, de 1980-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 1.711, 1.713 e 1.712, de 1979.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 2, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.709, de 31 de outubro de 1979, que dispõe sobre pagamento da gratificação de produtividade, nos casos que menciona, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único.

O Sr. Arnaldo Schmitt (PP — SC) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Schmitt, para discutir o projeto.

O SR. ARNALDO SCHMITT (PP — SC) Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Decreto-lei nº 1.709 estende a gratificação de produtividade aos membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios. Já o Decreto-lei nº 1.710, que vai entrar em discussão logo a seguir estende a mesma gratificação de produtividade aos fiscais de tributo do açúcar e do álcool e fiscais de contribuições previdenciárias do grupo de tributação, arrecadação e fiscalização. Tal gratificação de produtividade foi instituída em 1976 pelo Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro daquele ano.

Sr. Presidente, as últimas medidas que temos visto do Governo dizem respeito, única e exclusivamente, à tributação. Inventam-se cada vez mais tributos e aqui se institui uma gratificação para quem vai fiscalizar esses tributos. Há um contra-senso, Sr. Presidente, e tivemos oportunidade de levantar o problema, algumas vezes, nesta tribuna, tivemos oportunidade de levá-lo na Comissão de Agricultura e na CPI da Agropecuária Brasileira, agora com o Ministro Stabile, quanto à situação do engenheiro agrônomo neste País. Não poderia deixar de levantar o problema aqui e agora.

Colocou-se a agricultura como problema de prioridade no Governo Figueiredo, numa época em que a distribuição do nosso solo agrícola, a distribuição da terra no Brasil, Sr. Presidente, contempla coisas da seguinte natureza: 0,08% dos proprietários detêm 24% da área dos imóveis rurais, enquanto 31% dos proprietários detêm 1,5% da área. Nós temos uma péssima distribuição da terra no País. O nosso problema da conservação do solo, inclusive na semana passada foi o Dia do Conservadorismo, é grave. Temos o problema da preservação dos nossos recursos naturais, temos o problema da Amazônia, temos o problema da crise energética; impasse que, agora, com o PROÁLCOOL, se tenta superar. E já se fala, inclusive, na entrega do PROÁLCOOL às multinacionais. Quem sabe por quê? No entender do próprio Governo, nós não teríamos condições de levar a bom termo o PROÁLCOOL. Nós temos problemas de pesquisa agrônoma gravíssimos neste País e, mais do que a pesquisa, o de levar os seus resultados aos agricultores de toda a Nação, através da Extensão Rural. E temos a nossa produção de alimentos. Hoje, o Governo "badala" a 3 por 2 a safra bilionária que tivemos, que não é essa coisa fora de série. Quem ajudou foi São Pedro, Sr. Presidente. Ele ajudou desta vez e tivemos uma safra maior do que a de 1979, do que a de 1978, mas que não foi muito maior do que a de 1976.

Então, com problemas dessa natureza, Sr. Presidente, é absurdo que não esteja incluído nesses decretos, tanto o 1.709 quanto o 1.710, o engenheiro agrônomo. E é para este alerta que eu venho à tribuna, para que o engenheiro agrônomo tenha, por parte do Governo, reconhecido o seu valor, para que ele seja chamado à mesa de negociações, ao planejamento, à mesa de decisões, para que possamos sanar os nossos problemas mais graves que hoje são do setor de produção de alimentos. Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar mais discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 3, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.710, de 31 de outubro de 1979, que estende a gratificação de produtividade aos casos que especifica, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Santillo, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (PT — GO. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ontem, em Ouro Preto, o General Figueiredo, falando à Nação, dentre outras coisas disse: "A abertura política que como candidato me comprometi a promover, aí está para todos verem. Por certo, há quem dela prefira servir-se para tumultuar e turvar".

Importante esta parte do discurso do General Figueiredo. Se há alguém tumultuando e turvando a água neste País, Sr. Presidente, não é a Oposição e tampouco o povo, quem está tumultuando e tentando turvar as águas são elementos incrustados dentro do próprio sistema que aí está. O General João Baptista Figueiredo está na obrigação de dizer à Nação se ele se responsabiliza e assume inteiramente o que está ocorrendo no País ou se isto passa à margem da sua decisão de também orientar o povo e esclarecer à Nação que há um poder paralelo se organizando, na conturbação da ordem, tentando tumultuar o ambiente no País.

Os fatos relacionados com as prisões em Ouro Preto e, mais especificamente, os fatos que motivaram a prisão de Luís Ignácio da Silva, o Lula, e outros líderes sindicais, e mais do que isto, Sr. Presidente, as medidas de ordem estritamente administrativa, mas de uma grande abrangência, ocorridas em São Paulo nessas últimas 24 horas, nos dão a certeza de que, ou a abertura política prometida pelo General Figueiredo já alcançou a sua exaustão e estamos a passos largos em rumo de um retrocesso violento ou, caso contrário, a abertura está sendo impedida por setores que trabalham paralelamente ao Chefe do Governo.

Sr. Presidente, é inadmissível crer que o Governo tenha cedido a pressões de outros grupos, como cedeu recentemente aos plantadores de soja do Rio Grande do Sul que, na prática, revogaram uma decisão do setor econômico do Governo, derrotaram o todo-poderoso Ministro Delfim Netto, acabaram com o imposto de exportação da soja, venceram a parada, através de um movimento grevista, se insurgindo contra decisões do Governo. Não entro no mérito para saber se a reivindicação era justa ou não, mas, indiscutivelmente, foi uma decisão adotada para aumentar o lucro. Não há notícias de que algum daqueles que lutaram contra a decisão do Governo, o qual afirmara anteriormente, que aquilo era necessário para o combate à inflação, que alguns deles tenham sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Pelo contrário, as autoridades do próprio Governo, o Líder do PDS, na Câmara dos Deputados, os Governadores de Estados, no Sul do País, se aliaram aos grevistas, auxiliaram-nos nas suas conquistas, e participaram como vitoriosos na questão. Ora, não houve qualquer tumulto e não houve qualquer intransigência, por parte do Governo, com relação à conquista daqueles plantadores de soja.

Ainda, presentemente, Sr. Presidente, os produtores do setor leiteiro do País fizeram um *lock out*, foram à frente com o seu movimento e só pararam depois da vitória final. E, não há, também, qualquer indício da aplicação da Lei de Segurança Nacional contra qualquer um deles, prova evidente de que o Governo absorveu a questão.

Em São Paulo, a coisa se deu diferente: os trabalhadores estão reivindicando direitos líquidos e certos. Os trabalhadores estão em busca de uma melhor remuneração, da estabilidade no emprego, da abertura de novos empregos para a mão-de-obra ociosa, do fim da hora extra e de outras reivindicações da classe, Sr. Presidente, e vieram dizer que o trabalhador do ABC paulista está fazendo uma greve política. É uma insensatez e até uma irresponsabilidade, porque a luta dos trabalhadores não é de agora. Se Luís Ignácio da Silva é adepto do Partido dos Trabalhadores e luta, como um cidadão brasileiro, dentro das leis brasileiras, para organizar um partido político, é um direito que lhe cabe. Eu pergunto: será que os plantadores de soja, também, não têm o seu partido político? E por que é que o Deputado Nelson Marchejan foi à frente dos plantadores de soja na sua reivindicação? É uma greve política ou é uma greve de reivindicação para a classe? O grande vitorioso foi o Deputado Nelson Marchejan, que deu entrevista, nacionalmente, e comandou todo o movimento. Então, a greve deixou de ser uma greve de reivindicação dos plantadores de soja, para se transformar num movimento eminentemente político.

Não, Sr. Presidente, não há movimento político partidário nenhum. A reivindicação é da classe que está massacrada; o Brasil já não suporta mais tanto sofisma. Dizem por aí que os metalúrgicos de São Paulo são elitistas, fazem parte da elite do trabalhador brasileiro. Mas que elite é essa, se a Pre-

feitura de Santo André, em São Paulo, publica uma relação das favelas do ABC e mais de 50 mil metalúrgicos moram em favelas? Que elitismo é esse, Sr. Presidente, em que o cidadão mora numa favela? Não tem razão de ser, estão desviando a atenção do problema, a greve foi em busca de reivindicações da classe, cansada de ser espoliada.

Lamentavelmente, o Governo Federal não deu uma explicação séria e concreta a respeito das denúncias que vêm surgindo desde o ano passado. Nós queremos saber, aqui, agora, Sr. Presidente, através da Liderança do Governo, se tem ou não fundamento a notícia de que, no ano passado, as empresas multinacionais foram ressarcidas nos seus prejuízos. A imprensa nacional noticiou que foram pagos vários milhões de dólares às empresas multinacionais, após a greve de 1979. E a imprensa noticiou também que as multinacionais fizeram seguro contra greve e, por isto, não estão interessadas num acordo. É importante que o Governo diga se há ou não esse seguro, porque isto vai levar a uma greve interminável dos patrões que jamais se sentarão numa mesa para um diálogo, porque eles têm o seu prejuízo ressarcido. E quem sofre com isto é a Nação, é o povo e é por isso que nós precisamos saber da veracidade destes acontecimentos.

As empresas multinacionais estão muito tranquilas, ou porque elas estão garantidas por um seguro, ou porque as autoridades federais estão impedindo que um acordo seja feito.

O General João Baptista Figueiredo fala aqui em a abertura política que, "como candidato, me comprometi a promover, aí está para todos verem". Que abertura política é essa onde estudantes são presos, em que fizeram um verdadeiro aparato militar em Ouro Preto, para, paradoxalmente, homenagear aquele que lutou pela liberdade deste País, que foi Tiradentes. É incrível admitir, falar em abertura política, quando se faz um aparato policial, e se prende tanta gente como em Ouro Preto, no dia de ontem. E que abertura política é essa, Sr. Presidente, quando os líderes sindicais foram presos, sem sequer saber por que estavam sendo presos? Foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e colocados à disposição do DEOPS, em São Paulo, treze líderes sindicais, segundo as notícias que nos chegaram, agora, de manhã, Lei de Segurança, por quê? Simplesmente por que estavam reivindicando seus direitos, simplesmente por que estavam reivindicando a melhoria salarial e a estabilidade dos seus próprios companheiros?

E o que é mais importante, o AI-5 desapareceu, mas, ele está sendo aplicado em São Paulo, e aí está a gravidade da situação. Ou o Governo assume a responsabilidade e decreta estado de emergência em São Paulo, ou, caso contrário, ele está desmoralizado, porque, na prática, o estado de emergência está ocorrendo em São Paulo: os trabalhadores estão sendo presos, os domicílios estão sendo invadidos, as pessoas entram e saem de lá sem dizer por que entraram e saíram.

E o que é pior, acabaram, agora, até com o direito de reunião que, constitucionalmente, é garantido. A Constituição garante a realização de reunião, e no entanto o Estádio da Vila Euclides está interditado por policiais, bem como o Paço Municipal, que é a praça do povo.

Não, Sr. Presidente, é preciso definir a situação, e o General Figueiredo tem que dar uma explicação à Nação: ou ele quer a nossa participação, a ajuda dos democratas do País, para que todos nós possamos identificar esses bolsões que estão aí a turvar as águas, ou, caso contrário, ele deve assumir definitivamente a responsabilidade e dizer: prometi democracia e não tenho condições de mantê-la. Porque, na verdade, o retrocesso já está aí. Em São Paulo o retrocesso é mais violento do que das vezes anteriores, violentíssimo, com a invasão de domicílios, com prisão de pessoas que não têm nenhuma vinculação com o movimento dos trabalhadores, com o cerceamento da liberdade para que as pessoas possam se reunir. Enfim, uma série de medidas altamente drásticas que impedem a livre manifestação dos trabalhadores.

Quero dizer bem claro, Sr. Presidente, os metalúrgicos de São Paulo estão querendo pagamento dos dias parados, aumento de salários, como os já concedidos pela empresa Termomecânica, garantia de emprego, readmissão dos dispensados durante o movimento grevista, não-punição de demais trabalhadores em virtude de greve, recuperação dos direitos já obtidos na mesa de negociações, direitos que foram revogados pela decisão do Tribunal Regional do Trabalho. Fala-se muito, aqui, que o Tribunal Regional do Trabalho ajudou os trabalhadores, pelo contrário, o Tribunal Regional do Trabalho, na sua decisão, tirou direitos que, na mesa da negociação, o trabalhador conseguiu com os patrões, como por exemplo, o caso do piso salarial de Cr\$ 5.900,00 cruzeiros e eleições sindicais no prazo máximo de 90 dias.

Afirmo ainda mais, a libertação dos metalúrgicos presos não faz parte da negociação, eles não estão à procura da libertação dos líderes para renegociação, eles não estão em busca disso, eles querem realmente que essas reivindicações eminentemente da classe, sem qualquer conotação política, sejam atendidas. Não estão os metalúrgicos à procura da libertação dos 13 líderes

deles, presos no DEOPS paulista. É preciso que isso fique bem claro! Não estão negociando a liberdade de seus companheiros, estão negociando aquilo que diretamente interessa à sua própria classe.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, o Líder do PDS, Deputado Bonifácio de Andrada, não quis reconhecer na atitude da Igreja Católica Apostólica Romana, instalada no território paulista, uma atitude que sirva de parâmetro para o posicionamento da Igreja em todos os seus setores. Quero dizer a V. Ex^a e quero dizer aos companheiros deste Parlamento, a atitude da Igreja é a atitude coerente.

Os trabalhadores que hoje estão sendo protegidos pela Igreja, Sr. Presidente, são aqueles mesmos trabalhadores que são sindicalizados, são aqueles mesmos trabalhadores que trabalham em todas as indústrias paulistas mas, ao mesmo tempo, eles também têm a sua crença e pertencem àquelas igrejas e seria um absurdo admitir que a Igreja, neste instante, viesse desprezar o seu próprio corpo. A Igreja não é o prédio e a Igreja não é o Papa. A Igreja, Sr. Presidente, é formada por todas as suas leis e, acima de tudo, pelos seus próprios componentes. Uma Igreja que não se dispõe a defender os seus próprios membros não é digna deste nome. Os trabalhadores estão espezinhados, massacrados, desamparados e buscaram o refúgio na Igreja e a Igreja abriu as portas a cada um, humilhado e perseguido neste País. Minha solidariedade à Igreja. E quero dizer mais: a prisão do jurista Dalmo Dallari nada mais foi do que um aviso à Igreja; não havia motivo para a sua prisão. Mas, tenho certeza de que foi dado um aviso à Igreja.

Quero dizer bem mais claro: a Igreja não vai se curvar, Sr. Presidente. Ela não vai se curvar, porque as portas do inferno não prevalecerão contra ela e, por isso, digo que a Igreja irá continuar lutando, defendendo os seus membros, defendendo as pessoas humilhadas, defendendo as pessoas que precisam realmente da sua força. Porque hoje, Sr. Presidente, mais do que ontem, o povo desamparado encontra o lenitivo, encontra o apoio, o carinho e o calor humano através do trabalho da Igreja, enquanto os poderosos grupos multinacionais contam com o apoio total dos detentores do poder.

O Governo fica com os poderosos; a Igreja fica com os humildes. E a Nação toda, Sr. Presidente, clama por uma solução, justiça social, igualdade e não o que vem ocorrendo presentemente, onde todo tipo de calúnia, todo tipo de ataque tem sido feito ao setor trabalhador brasileiro falando, inclusive, no desvirtuamento das funções. Não há desvirtuamento algum, Sr. Presidente, não há nada disso. O que há é a falta de democracia. Se nós tivéssemos liberdade neste País, uma fala despreziosa do General Andrada Serpa não teria de forma alguma, Sr. Presidente, ameaçado as estruturas deste País e as estruturas do regime.

Se tivéssemos democracia, Sr. Presidente, com este poder realmente sendo a caixa de ressonância das aspirações nacionais, não tenho dúvida nenhuma de que esse poder já teria dado fortalecimento aos homens que estão no poder. Mas basta um líder sindical, na reivindicação da sua classe, para se desestabilizar o sistema. Não, Sr. Presidente! Queremos democracia, queremos igualdade, queremos justiça, Sr. Presidente, mas acima de tudo queremos uma participação efetiva de uma democracia digna desse nome.

Esperamos, pois, que o Governo Federal tome as providências para sanear os bolsões que aí estão tentando turvar a água. E não venha buscar na reivindicação pacífica dos trabalhadores do ABC paulista um pretexto para um retrocesso. Se o retrocesso vier, Sr. Presidente, não será pelo povo e nem tampouco por este Parlamento, não será pela Nação. O retrocesso virá por inseqüentes, por elementos que realmente só têm condições de defender os seus interesses num regime fechado e esses elementos já foram detectados. Cabe ao Governo, portanto, ou eliminá-los, ou anunciar à Nação que é impotente para vencê-los! (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Macedo, como Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O meu partido, o PMDB, esteve sempre solidário com os trabalhadores do ABC em greve por reivindicações justas. Nós nos solidarizamos, através de nota assinada juntamente com os demais Partidos de Oposição; nos solidarizamos, Sr. Presidente, com a contribuição material, pois Deputados do PMDB subscreveram contribuições para o fundo de greve dos trabalhadores do ABC. Nos solidarizamos com a presença física, tanto em São Paulo, como no ABC, de representantes líderes do nosso Partido que lá estiveram, buscando meios, buscando formas, para encontrar a melhor solução de negociação e de entendimento, para a qual o Governo foi incapaz de encontrar.

Ainda no dia de ontem, o Líder Freitas Nobre e o Senador Teotônio Viela promoveram entendimentos de marchas e encontros com vários setores

de São Paulo, buscando essa solução que, infelizmente, o Governo não quer. Tanto não a quer, Sr. Presidente, que se opõe também nesta hora à ação da Igreja. Enquanto o PMDB e os Partidos de Oposição estão solidários com os trabalhadores e a Igreja também, o Governo está solidário com os patrões. Tudo fez e tanto fez para assumir — ele, Governo — a briga ou a disputa que na verdade era dos empresários. Hoje já não temos mais no ABC, de um lado, trabalhadores e Igreja e de outro lado os empresários. Nós temos em São Paulo, como temos no Brasil inteiro, de um lado os trabalhadores e a Igreja e do outro lado o Governo.

Sr. Presidente, esse fato é muito sintomático e serve para registrar, pelo menos, uma coisa: o regime está falido; o regime está sem credibilidade nacional, o regime perdeu a confiança do País. (Muito bem!) Enquanto lá, a polícia, forças militares, forças de repressão tomaram conta das ruas, prenderam arbitrariamente, para manter uma ordem que só interessa o Governo, a ordem dos cemitérios e a ordem das prisões, o Ministro do Planejamento, o Sr. Delfim Netto, está na Alemanha negociando financiamentos para o País e talvez apresente lá aos banqueiros alemães, talvez apresente lá aos dirigentes da Volkswagen, a sua palavra, em nome do Governo que, aqui, a ordem mantida a ferro e a fogo e que, portanto, eles mandem dinheiro para cá, porque as empresas estrangeiras aqui podem investir tranquilamente, porque aqui o operário ganha pouco e quando ele reivindica algo é calado à força.

É muito sintomático que no instante em que o Governo aumenta a repressão, três Ministros viajem para o exterior em busca de dinheiro. Dinheiro para quê, Sr. Presidente? Dinheiro para quem? Nesta hora o argumento que se usa aqui por parte do Governo é de que a ação que ele exerce nesta hora é para defender o cumprimento da lei. E diz o Sr. Ministro da Justiça que uma decisão judicial, tal como a do TRT paulista, tem força de lei. Não seria o caso de se perguntar, porque também a Justiça do Trabalho perdeu credibilidade, perdeu confiança junto aos trabalhadores, porque ela já não serve, não está servindo aos interesses da Justiça, mas aos interesses de setores da sociedade.

O Ministro da Justiça, depois de negar, assumiu e declarou-se solidário com toda a ação do Governo Federal na greve do ABC. Impressiona-me que ele tenha apenas oferecido a sua solidariedade, pois se como Ministro da Justiça ele é superior hierarquicamente à Polícia Federal e a Polícia Federal está na dependência das suas ordens. E a Polícia Federal está agindo em São Paulo.

E eu me pergunto então se o Sr. Ministro da Justiça não tem autoridade sob o seu Ministério ou se ao contrário do que ele declarou logo após a sua posse, ele não recebeu o Ministério na sua inteireza, mas recebeu apenas uma razão de ministério.

Ele estava dormindo, Sr. Presidente, quando as ações foram iniciadas no ABC, quando Lula, o metalúrgico, foi preso; quando o ex-Presidente da Comissão de Justiça e Paz e o atual Presidente da Comissão de Justiça e Paz foram presos. Na ocasião, o que disse ele? Foi um erro de execução. O Secretário de Segurança de São Paulo vem depois e diz: foi um lamentável equívoco.

Veja bem, Sr. Presidente, vejam bem, Srs. Congressistas: enquanto o Governo diz que assim age para fazer cumprir a lei, ele é o primeiro a descumprir e a desrespeitar a lei, porque a Constituição diz que ninguém pode ser preso senão em flagrante delito. E o Governo Federal ou o Governo Estadual, porque até agora ninguém assumiu claramente a responsabilidade pelos atos do ABC, ambos dizem que as prisões desses dois senhores foram lamentável equívoco ou erro de execução. E a lei, a lei que o Governo quer que se cumpra, se ele é o primeiro a não cumprir a Constituição? Está aí o art. 153 da Constituição, dizendo que é livre o direito de reunião, que todos podem se reunir livremente. No entanto, um delegado "calça curta" de São Paulo, o Sr. Romeu Tuma, do DEOPS, baixa portaria, interditando locais de reunião. Esse é o País da democracia que o Presidente Figueiredo quer estabelecer, em que um simples delegado do DEOPS pode se sobrepor à Constituição e interditar locais de reunião e derogar preceitos constitucionais que garantem o livre direito de reunião.

Sr. Presidente, o Governo não tem autoridade moral para exigir cumprimento de lei, se ele é o primeiro a não cumprir a lei, como não tem autoridade moral também o Sr. Ministro da Justiça que, dormindo, não sabia o que se passava pelo País, de dizer o que deve ser a Igreja ou quem fala pela Igreja. Uma coisa tenho certeza, não é o Ministro da Justiça, nem o Sr. Jarbas Passarinho, que têm autoridade para falar pela Igreja. Se o Sr. Ministro da Justiça não tem autoridade de falar nem pelo Governo, ele que não tenha pretensão de falar também pelos bispos da Igreja.

O que se tira de conclusão deste episódio, Sr. Presidente, é que o Governo que não cumpre a lei não tem autoridade para exigir o cumprimento da lei.

É que existe um outro poder que não o poder do Governo, e o Governo não tem autoridade para enfrentá-lo. Talvez ele esteja instalado, esse outro poder, até dentro do Palácio do Planalto, talvez ele esteja instalado em outras repartições e outros órgãos. Pois não é que o Comandante do II Exército vem e diz aos trabalhadores que voltem ao trabalho e depois o diálogo será reiniciado. O diálogo com quem? O diálogo com o Governo ou o diálogo com os patrões? Em nome de quem falou o Comandante do II Exército? Em nome do Governo ou em nome dos patrões, para dizer que o diálogo será reiniciado, quando a greve for encerrada?

O que pretende o Governo é subjugar, é submeter, é degradar o trabalhador.

Não vi, durante todo esse período, a partir de 1964, em que se instalou o regime de exceção neste País, não vi nenhum banqueiro ser preso, muito embora, agiotariamente, roubasse o suor do pobre trabalhador brasileiro. Não vi nenhum industrial, não vi nenhum dirigente de empresa nacional, não vi nenhum dos corruptos instalados neste Governo, nem o Linaldo Uchoa Cavalcante, irem para a cadeia. No entanto, trabalhadores foram para a cadeia, padres foram para a cadeia, jornalistas foram para a cadeia, estudantes foram para a cadeia, intelectuais foram para a cadeia, lavradores foram para a cadeia. Mas corruptos não, banqueiros não, exploradores não. Fica claro, portanto, que esse Governo, que não cumpre a lei, que quer fazer da sua vontade a lei, nem vontade tem, porque a vontade do Governo é a dos banqueiros, de empresas multinacionais, de corruptos e de exploradores.

Nós, do MDB, ficamos com os trabalhadores, ficamos com a Igreja, ficamos com os estudantes, ficamos com os intelectuais, com os lavradores, nós ficamos com o Brasil, porque sabemos que o Brasil é eterno e esses homens não passageiros e, mais cedo ou mais tarde, terão que responder pelos crimes que praticam hoje, contra a sofrida, mas sempre esperançosa Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada, pela Liderança do Partido Democrático Social.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é monótono ouvir, apesar da eloquência e da inteligência, os ilustres representantes da Oposição em casos como este. Repetem, repetem, falam, falam sempre a mesma coisa. Mas nós retiramos algumas observações dos eminentes Deputados para aqui dar o devido esclarecimento à Casa.

O Deputado Adhemar Santillo afirma no seu discurso que o Presidente Figueiredo vem sofrendo pressões e que essas pressões seriam uma tentativa de Governo paralelo.

Sr. Presidente, nós todos sabemos que governar é sofrer toda espécie de pressões, de grupos econômicos, às vezes com sede no exterior, pressões de grupos políticos, com sede no exterior e com seus representantes no Brasil. O Governo sofre as pressões. Agora, tem que superá-las e está-se esforçando para, democrática e legalmente, superar essas pressões e há de fazer tanto em benefício da comunidade nacional.

Mas o ilustre Deputado Adhemar Santillo fez mais; ele criticou a liderança dos produtores de soja e dessa tribuna clamou pela aplicação da Lei de Segurança contra os líderes da produção de soja no Rio Grande do Sul. S. Ex^a, já deve ter um estudo a respeito e por certo vai encaminhar ao Ministro da Justiça uma representação para enquadrar os homens que produzem soja neste País dentro da Lei de Segurança Nacional. Aguardamos as providências de S. Ex^a.

Quanto à figura de Luís Inácio, não há jeito, Sr. Presidente, ele é o Chefe do PT e é o Presidente do Sindicato, e estava usando o sindicalismo, a Presidência do Sindicato, para fazer a sua campanha eleitoral, o que não há dúvida. Nós, que somos homens públicos, que vivemos nos prélios eleitorais, sabemos muito bem que a atitude do Sr. Lula não é uma atitude de um líder sindical, é atitude de um líder do PT, do Partido dos Trabalhadores e, por isso, o Sr. Adhemar Santillo aqui vem com um excesso de tentativas de argumentos para querer fazer com que o Sr. Lula fique como líder sindical, porém ele, para nós, é líder político. Devia fazer como o Sr. Deputado Benedito Marçílio que, na qualidade de Deputado, vai lá e fala como Deputado. Aliás, o Deputado Benedito Marçílio é do PTB. É mais autêntico do que o Sr. Lula, vai lá, fala que é Deputado, como político defende os seus pontos de vista, e não quer passar como representante unicamente sindical, como é o caso do Sr. Luís Inácio. Não estou querendo fazer nenhum jogo do PT contra o PTB. Estou falando a verdade: o Sr. Benedito Marçílio está assumindo uma atitude autêntica, enquanto que o Sr. Lula está deturpando a sua presença no movimento de São Paulo.

Sr. Presidente, também me surpreendeu o Sr. Deputado Adhemar Santillo, quando S. Ex^a fez um apelo ao Senhor Presidente da República para instalar o "estado de emergência" neste País. Registre-se nos *Anais* desta Casa: um líder de um partido político da Oposição vem aqui e faz um apelo para que o Presidente da República implante, em São Paulo, o "estado de emergência". É uma tese, Sr. Presidente, que S. Ex^a defende. Iremos buscar subsídios para verificar se, realmente, o assunto pode ser tratado e merece consideração.

Sou daqueles que não julgam que a questão da greve em São Paulo seja motivo de "estado de emergência". Estou com o eminente General Milton Tavares que falou à televisão, de uma maneira clara e peremptória, quando disse que via no episódio de São Paulo apenas greve, uma greve como outra qualquer em outras partes do mundo, e que isto não é motivo para prejudicar o chamado projeto de abertura política. Prefiro ficar com o General Milton Tavares, na defesa da normalidade democrática, do que procurar medidas de exceção, como quer o nobre Líder do PT.

S. Ex^a fez, aqui, uma declaração de ordem teológica que merece meditação. Disse o seguinte: "A Igreja não é o Papa, são os Bispos". Não sei, Sr. Presidente!... serão alguns Excelentíssimos Bispos que estão tomando alguma atitude em face da greve de São Paulo? É uma nova teologia que S. Ex^a defende. Talvez S. Ex^a, com os seus sentimentos religiosos tão vibrantes, esteja na linha da Igreja Católica Brasileira, que nos merece o maior respeito. É que a Igreja Católica Romana coloca a infalibilidade do Papa como um dogma de fé, embora os Bispos, no seu todo, tenham presença importantíssima, sobretudo quando se reúnem em concílios. Todavia, a figura do Papa é a figura central, é a principal na instituição da Igreja Católica Apostólica Romana.

Mas, de qualquer maneira, S. Ex^a revelou-se, aqui, um grande interessado e mesmo fez fé de sentimentos católicos, embora um catolicismo, parece-me assim, de visão diferente, mas, de qualquer maneira, merece o nosso respeito.

Quanto ao nobre Deputado Osvaldo Macedo, S. Ex^a fica com o jargão e o slogan de sempre: "o Governo é dos patrões, o Governo defende os patrões, nós do MDB somos trabalhadores, somos o povo". Isso é uma velha cantiga, Sr. Presidente, que os nossos registros parlamentares, que os nossos *Anais* mostram, aí, no século passado, no princípio desse século; a Oposição quer sempre ser o povo, e fala sempre de forma impropriedade que o Governo é inimigo do povo. Se tão antigo o dito não seria muito adequado a um nobre Deputado do Paraná, uma figura ilustre e jovem nesta Casa, e que vem aqui sustentar slogan tão velho.

Sr. Presidente, o Governo, através de demonstrações inequívocas, quer superar o problema de São Paulo; quer, cumprindo a lei e as decisões dos Tribunais — porque cumprir as decisões dos tribunais significa cumprir a lei — quer dentro das melhores normas constitucionais, vencer os problemas de São Paulo e restabelecer a ordem neste País, para que os pobres trabalhadores, não apenas aqueles trabalhadores metalúrgicos, que não são, digamos assim, elitistas, como diz aqui o nobre Deputado Adhemar Santillo, mas que têm uma situação melhor do que a daqueles pobres trabalhadores que ganham apenas um salário mínimo, possam ficar em paz, trabalhar em paz e ter a tranquilidade para dar orientação aos seus filhos e trabalhar pelo progresso do País.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Estou falando do ilustre Deputado Osvaldo Macedo e logo a seguir darei o aparte a V. Ex^a.

Quanto a falsa tese do regime estar falido, não protestamos aqui só em nome do nosso Partido, mas em nome do País. O regime está aí para ser mantido, para ser aperfeiçoado, para ser reafirmado, porque essa é a missão do Governo, e esta é a missão das agremiações que querem um Brasil democrático. Lutaremos, Sr. Presidente, apesar do pessimismo de muitos, em favor da plenitude democrática.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — V. Ex^a tem o direito de protestar. Se não está falido, pelos menos está no cartório de protesto...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O nobre Deputado vem falar em cartório de protesto. Ora, nobre Deputado, numa hora dessas, de greve em São Paulo, ele acha oportuno vir falar em cartório de protestos. Qual é o cartório de protesto?

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Do povo.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Ah! O povo tem um cartório de protesto, essa é boa!

Sr. Presidente, S. Ex^a contesta a Justiça do Trabalho. Todavia contestar a ação, a atividade, o funcionamento da Justiça do Trabalho, do Poder Judiciário, será uma atitude democrática? Não, não é uma atitude democrática.

Em qualquer país civilizado do mundo, as lideranças políticas mais radicais, mesmo aquelas que pretendem representar o proletariado, na Espanha mesmo, são unânimes em respeitar as decisões da Justiça, porque no dia em que nós levármos ao povo, no dia em que nós levármos à comunidade nacional, a tese de que o Poder Judiciário não exerce a cabível jurisdição, a atuação judiciária, nós estaremos aqui defendendo a antidemocracia e não pugnando pelo aperfeiçoamento do regime constitucional.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Tem o aparte V. Ex^a?

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — V. Ex^a não analisou, e me parece até que não está querendo analisar, uma afirmativa que fiz de que o Governo está sem autoridade para exigir o cumprimento da lei, porque ele é o primeiro a não cumprir nem a lei nem a Constituição, quando procura impedir o livre direito de reunião, e promove prisões arbitrárias que depois atribui a erro de execução. V. Ex^a está de acordo com as prisões arbitrárias promovidas pelo Governo, intituladas depois de erros de execução, e com a proibição do direito de reunião que a Constituição garante? V. Ex^a defende esta atitude do Governo?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — A Oposição é sempre abstrata; ela não desce aos fatos concretos.

O que aconteceu em São Paulo? Legalmente foi decretada a intervenção. Na hora em que o representante dessa providência legal, da intervenção, tentou chegar à sede do sindicato, um grupo de trabalhadores, se não me engano duas ou três mil pessoas, numa atitude, digamos, assim, de paixão, tentou impedir que a ação legal fosse executada. Nesse instante, surgiu, Sr. Presidente, um conflito, um confronto, entre esses dois ou três mil trabalhadores e a Polícia.

E, desse confronto, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe muito bem...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Dalmo Dallari foi preso em sua casa, às 06:30 horas da manhã, e não estava em nenhum confronto.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vamos chegar lá.

As três mil pessoas que estavam — acredito que sejam trabalhadores — em frente ao sindicato de São Paulo, pegam pedras e as jogam na polícia; pegam pedaços de madeira e os jogam na polícia; avançam contra a polícia, e os nobres Deputados da Oposição querem que a polícia fique de braços cruzados. E não houve desacato à autoridade? Será que houve respeito ou um ambiente de completa paz e por isso, então, a Constituição não foi obedecida...

Nobre Deputado, não venha defender aqui teses abstratas contra e realidade que o País inteiro conhece. Não vamos nessa conversa!

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Nobre Deputado, seja honesto consigo mesmo, Dalmo Dallari estava dormindo. Dormir neste País é desacato a autoridade?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Aliás o Professor Dalmo Dallari pode dormir, o Ministro da Justiça não pode dormir não.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Ele pode, ele não tem função de Ministro da Justiça. Mas, dormir nesse País é desacato a autoridade, Sr. Presidente?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O que ocorreu com o Professor Dalmo Dallari? O eminente Professor da Universidade de São Paulo estava em sua casa: foi, então, conduzido pela polícia à Repartição Policial. Por quê? Porque esses elementos que assim agiram numa atitude de desrespeito à autoridade maior, porque não era caso de prender o Sr. Dalmo Dallari, assim agiram em desconhecimento dos fatos.

Agora o nobre Deputado Osvaldo Macedo quer que todos os policiais desse País sejam pessoas com treinamento excepcional, com um conhecimento de causa e de fatos extraordinário, com uma conduta exemplar. Ora, Deputado, na agitação em que estava São Paulo, alguns executores da lei poderiam perfeitamente se perder...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Mas acharam o endereço. Não se perderam não, porque acharam o endereço.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — ... e agir erradamente, como agiram no caso do Professor Dalmo Dallari. Se o Professor Dalmo Dallari, no momento em que conversou com a mais alta autoridade policial da circunscrição, fosse mantido preso, aí, sim, V. Ex^{as} teriam razão de protestar...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — E o Sr. Arnaldo Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — ... e trazer aqui o fato e levantar as críticas necessárias. No entanto, uma vez que o Professor Dalmo Dallari...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Ser Presidente de Sindicato é desacato à autoridade?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — ... numa região metropolitana de 10 milhões de habitantes, foi preso por desconhecimento de sua pessoa; imediatamente a autoridade policial o livrou das malhas policiais, e ele, na televisão, declarou, em relação ao delegado, que estava satisfeito com a maneira pela qual fora tratado.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vou dar o aparte a V. Ex^a. Primeiro vou terminar meu argumento.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — V. Ex^a não respondeu sobre Arnaldo Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Foi preso porque ser Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos é desacato a autoridade, ou foi erro de execução também?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — V. Ex^a vem trazer aqui apenas um aspecto da prisão, mas sempre deixa de lado o sentido principal...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Qualquer prisão é terrível, qualquer prisão é séria.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Estou de acordo com V. Ex^a quanto ao "terrível" mas prisões, num ambiente conturbado como o de São Paulo, no momento em que se tentou agredir o interventor do sindicato...

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Sr. Presidente, que se registre o que disse o Deputado Bonifácio de Andrada, que a residência do Professor Dalmo Dallari é um ambiente conturbado.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Não, Deputado, não torça as palavras... peço que ouça os fatos.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — Ele foi preso dentro da sua casa, às seis e meia da manhã.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Sr. Presidente, peço me garanta a palavra. Eles não querem ouvir, porque sabem que os argumentos são a nosso favor. Então, querem gritar.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está com a palavra o Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vou falar primeiro, para colocar as coisas nos seus devidos lugares. Tenho argumentos.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Mas V. Ex^a não está colocando as coisas no seu devido lugar. V. Ex^a deturpou minhas palavras.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vou dar o aparte a V. Ex^a na hora devida.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Sr. Presidente, o Deputado Bonifácio de Andrada deturpou as minhas palavras e não aceito que fique registrado nos Anais do Congresso.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vou dar o aparte a V. Ex^a. Agora estou respondendo ao Deputado Osvaldo Macedo. Não me é possível responder aos dois ao mesmo tempo.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Mas V. Ex^a negou o aparte e deturpou minhas palavras.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Não, não o neguei.

Sr. Presidente, garanta a minha palavra, porque preciso falar. O Governo quer dar os seus argumentos, e a Oposição não deixa.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está com a palavra o Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — O argumento do Governo é a polícia.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Ouvimos os Deputados da Oposição com a maior atenção e com o maior respeito, mas o sentimento democrático...

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Mas V. Ex^a não está tendo respeito à minha palavra, V. Ex^a não respeitou minha colocação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O nobre Deputado Líder do PT não quer deixar que falemos aqui.

Sr. Presidente, finalmente o que nos cumpre dizer é que o Sr. Ministro da Justiça teve a mais correta atitude e a mais digna atuação nesses episódios.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — De dormir, enquanto esses fatos aconteciam.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Toda pessoa pode dormir as 4 da manhã... Através das suas palavras, S. Ex^a deu apoio à ação dos mantenedores da ordem em São Paulo, respeitando os princípios federativos, S. Ex^a não poderia usar dos instrumentos do seu Ministério para intervir na situação de São Paulo, quando essa situação está entregue à ação da Secretaria de Segurança estadual.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Deputado Bonifácio de Andrada, gostaria de responder-lhe, porque V. Ex^a deturpou as minhas palavras.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Vou dar o aparte a V. Ex^a. Apenas uma frase para terminar.

No mais, quero dizer que o Deputado Osvaldo Macedo, com a afirmação peremptória sobre prisões que fez aqui, quer se revelar o estatístico mais seguro e verdadeiro deste País, tal a ênfase com que S. Ex^a assegurou, só se prende neste País trabalhadores, e mais ninguém. É a estatística do Deputado Osvaldo Macedo — quero conhecê-la — que diz: neste País, depois da Revolução de 1964, só se prendeu trabalhadores, e mais ninguém. Esquece as estatísticas criminais publicadas.

O Sr. Osvaldo Macedo (PMDB — PR) — E falei mais: jornalistas, intelectuais, padres, estudantes. V. Ex^a, do Governo, não tem muita autoridade para falar em estatísticas. O seu Governo é muito pródigo em fraudar estatísticas.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — A estatística, em matéria prisional do nobre Deputado Osvaldo Macedo, é uma resposta a si própria, e não preciso fazer observações.

Tem o aparte o eminente Deputado Líder do PTB, Deputado Adhemar Santillo, figura expressiva, nesta Casa, na defesa do proletariado nacional.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Com todo respeito, Deputado Bonifácio de Andrada, primeiramente informo a V. Ex^a que sou Líder, aqui, por delegação dos companheiros do PT. Seria uma honra ser o Líder do PTB, mas gostaria de colocar a coisa no seu devido lugar. O Deputado Bonifácio de Andrada tem o direito de defender o Governo, só não tem o direito, Sr. Presidente, de deturpar as palavras de quem quer que seja, seja líder ou qualquer integrante desta Casa. Em primeiro lugar, S. Ex^a disse que pedi o enquadramento de plantadores de soja na Lei de Segurança Nacional.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Não pedi, não?

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Sr. Presidente, o que disse é que os plantadores de soja fizeram um movimento, foram vitoriosos, desafiaram o todo-poderoso Delfim Netto, venceram a "parada" com a participação de homens do Governo, e não há notícia de que algum deles tenha sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Não pedi Lei de Segurança Nacional para os trabalhadores. Pedi o mesmo tratamento que se deu aos plantadores de soja — que eles vencessem a sua questão sem que fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. S. Ex^a está querendo sofismar e deturpar as minhas palavras.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Retifico, na forma. Na substância das palavras é o mesmo.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Em segundo lugar, S. Ex^a veio afirmar que eu pedi aplicação do estado de emergência em São Paulo. Não foi isso que eu disse, Sr. Presidente. Pedi para que o Governo assumisse a sua responsabilidade, porque em São Paulo as medidas de emergência estão sendo tomadas, com lares sendo invadidos, prisões arbitrárias, proibição de reuniões, tudo isso garantido pela Constituição, e que o simples delegado do DOPS, de São Paulo, vem tomando todas essas posições. Ou o Governo está sofrendo a influência de um poder paralelo, ou, caso contrário, ele tem que assumir a responsabilidade e, de direito, tomar essas atitudes, porque, de fato, elas já existem. Como o Governo continua insistindo que as arbitrariedades

passam ao largo, automaticamente elas estão sendo tomadas por um poder paralelo, poder paralelo esse que não é o povo...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Falei em estado de emergência, nobre Deputado. V. Ex^a está indo para o tema do poder paralelo...

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Medidas de emergência que estão sendo tomadas em São Paulo de acordo com a Constituição e que não foram decretadas pelo Poder próprio, que é o Governo Federal, estão sendo tomadas na prática, lá, por um delegado de DEOPS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Registro também... na forma...

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Então, V. Ex^a não venha deturpar as minhas palavras, dizendo que pedi à Casa o acionamento de um instrumento discricionário.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — A Casa ouviu V. Ex^a, e nós, democraticamente, registramos no discurso o seu aparte.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — V. Ex^a tem que registrar, porque V. Ex^a está deturpando as nossas palavras. Disse V. Ex^a, por fim, que eu afirmara que a Igreja não é o Papa, que a Igreja não são os bispos. Não, não foi isso o que eu disse. Afirmei que a Igreja não é o Papa, a Igreja não são os bispos, a Igreja não são os padres e a Igreja não é o poder físico. A Igreja são as leis e o povo que dela participam. Foi isso que eu disse. Muito mais que um padre, muito mais do que o próprio Papa, são as leis divinas, que aí estão. Isto que quero dizer a V. Ex^a

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Apenas para meu esclarecimento. V. Ex^a confirma que falou que Igreja não é o Papa. Só isto que quero saber.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — A Igreja não é o Papa, a Igreja não são os bispos, a Igreja não é o padre, a Igreja não são os patrimônios que ela possui, não são os imóveis. A Igreja é o povo e as leis divinas. Isso que é a Igreja. Os outros são administradores. O Papa é falível. O Papa não é infalível. Infalível neste Mundo é só Cristo. Então, quero deixar bem claro, nobre Deputado.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O Papa não é infalível — também quero registrar isso, que o Papa não é infalível, nas palavras do Líder do PT.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Não é mesmo.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Estou de acordo que V. Ex^a diga isto, mas não aceito a tese.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Quero dizer mais: V. Ex^a declarou que foram presos aqueles que estavam insultando. Uma inverdade histórica, porque, na verdade, Luiz Inácio da Silva — e a imprensa toda anunciou — ...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O Líder do PT.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — ... foi ele que abriu a possibilidade para que os interventores pudessem assumir...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Correligionário de V. Ex^a, não é?

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Com muita honra.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Que fique registrado.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Prefiro ser correligionário de Lula do que ser correligionário de testa-de-ferro de multinacional.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Muito bom para as multinacionais.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Sou correligionário de trabalhador, me honro por isso, me orgulho.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Multinacional política ou econômica, de que V. Ex^a fala?

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — As duas, porque o eixo do Governo, aqui, é decidido lá fora.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Aqui há agentes das multinacionais da política. Tenho exemplos!

Mas a atitude de muitos aqui vem de lá de fora também.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Quero deixar bem claro, Sr. Presidente: Luiz Inácio da Silva saiu, foi para sua casa repousar. Não teve contato com nenhum trabalhador. Pelo contrário, fez com que os trabalhadores saíssem da porta do sindicato, e seis horas da manhã foi preso, teve invadido o seu domicílio!

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Sr. Presidente, estou dando o aparte, mas o aparte está muito demorado.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — V. Ex^a, Deputado, pode defender o Governo, mas não tem o direito de desvirtuar as palavras que aqui foram ditas; V. Ex^a tem a obrigação de se ater às afirmações feitas. V. Ex^a não está correto quando diz que a Igreja está entre aqueles que açularam o movimento.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Nobre Deputado, concordo com V. Ex^a quando V. Ex^a vem aqui querer esclarecer e, aliás, no meu entender, reiterar o que falou a respeito da Igreja Católica, a respeito também das medidas de emergência em São Paulo e a respeito dos produtores de soja. V. Ex^a pode querer se retificar...

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Retificar, não, nobre Deputado, V. Ex^a mande consultar as minhas palavras na taquigrafia.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — V. Ex^a pode dizer, garantir, pode sustentar, pode falar, pode discursar que nessa parte não teríamos sido — digamos assim — cem por cento com as palavras de V. Ex^a. No entanto, julgamos que V. Ex^a de certa maneira reiterou tudo aquilo que aqui afirmamos; mas, V. Ex^a acha que não. No meu modesto, humilde e pobre entendimento, V. Ex^a ratificou. Agora, quanto ao debate em torno do Sr. Luiz Inácio da Silva — aí é um debate — nós sustentamos, o que V. Ex^a está contra. A nossa tese, é a de que o Sr. Luiz Inácio da Silva é um político investido na presidência do sindicato. Ele é um partidário do PT, ele é um "petista", ele é um trabalhista, partidário de V. Ex^a, Líder político do PT.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — V. Ex^a queria que ele fosse do PDS? O PDS já está superlotado de pelegos; literalmente, todos pertencem ao PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência faz um apelo ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada para não conceder mais apartes.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Nós não desjaríamos o Sr. Luiz Inácio no PDS.

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Não quer porque, na verdade, ele jamais participaria. Nenhum líder autêntico participa do PDS, só pelego.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — O nobre Líder Bonifácio de Andrada me prometeu um aparte e eu gostaria, Sr. Presidente...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Sr. Presidente, vou responder em primeiro lugar a essas injúrias do nobre Deputado Adhemar Santillo. S. Ex^a que é um homem delicado, elegante, equilibrado, aqui nos apartes está dizendo que todo o PDS é de pelegos. Ora, Deputado! Esta não!...

O Sr. Adhemar Santillo (PT — GO) — Todo líder trabalhista pelego está no PDS; não quero dizer que todos do PDS são pelegos, estou dizendo que todo líder trabalhista pelego está no PDS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Quero defender, aqui, com a maior energia as lideranças sindicais que apóiam o PDS, porque estão no caminho certo, defendendo o quê? A paz e a tranqüilidade dos trabalhadores, no sentido de que possam realizar e defender os seus direitos sindicais, não através de agitação, mas através dos meios legais.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Estou aguardando o aparte que V. Ex^a me prometeu.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — O nobre Deputado Ronan Tito, do triângulo mineiro, representante de uma das regiões mais prósperas de Minas Gerais, tem o aparte.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Muito obrigado, Líder Bonifácio de Andrada. O que eu queria, a fim de restabelecer a verdade dos fatos, neste instante, era perguntar a V. Ex^a se sabe quando o Papa é infalível.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Nobre Deputado, quer levar o debate para assuntos teológicos?

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Não, o que eu quero é dizer que nessa campanha que V. Ex^a, o Ministro da Justiça e o Líder do Senado vêm movendo contra a Igreja neste País, V. Ex^as querem também deturpar os fatos. O Papa só é infalível quando ele opina em questão de fé. E isso ele o fez 5 vezes na história da Humanidade, em 2.000 anos. Para isso é preciso...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — E V. Ex^a sabe quando foi estabelecido o dogma da infalibilidade do Papa?

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Foi em 1360, num Concílio em que se reviu a infalibilidade e colocou a infalibilidade do Papa nos seguintes limites ...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Não, Deputado. E qual era o Papa?

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Isso não me importa.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Pio X.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Não é verdade!

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Trago a V. Ex^as: o Papa Pio X, quem conseguiu, num dos concílios importantes da Igreja, que fosse considerada a infalibilidade do Papa transformada num dogma da Igreja Católica... Agora, a infalibilidade do Papa em matéria religiosa...

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Em questões de fé.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Em matérias religiosas. Sustento, matérias religiosas. V. Ex^a quer restringir para questões de fé, ficar só no credo.

Agora, o nobre Deputado Santillo sustenta que não há a infalibilidade do Papa. É um direito dele.

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — Estou discutindo os cânones da Igreja. Então, gostaria de dizer a V. Ex^a, para clarear, que os dogmas de fé, expedidos pelos papas da Igreja, estão no credo e são só aqueles. E ao rezar o Credo, V. Ex^a está, então, dizendo todos os dogmas da Igreja, expedidos pelos papas. Mas, só ali, Ex^a, só naquele momento. Agora, quero sustentar com o Deputado Adhemar Santillo o que Vieira também sustentou: a Igreja não é só o Papa, a Igreja não é só os bispos, a Igreja não é só os padres, a Igreja é o povo de Deus em marcha através da História. A Igreja é principalmente o Evangelho, o Evangelho aplicado na prática a cada momento. E Jesus Cristo, quando quis trazer o Evangelho aqui, ele não mandou como mandou as Tábuas da Lei; mas Ele se encarnou na humanidade, viveu como plebeu, sofreu as torturas que já naquela época existiam, para libertar toda a humanidade. Não fez lá de longe, interveio de maneira definitiva na história...

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Estou de acordo com V. Ex^a, em alguma coisa...

O Sr. Ronan Tito (PMDB — MG) — ... e interveio, trazendo para aqui a lei do amor e não a lei das baionetas.

(O Sr. Presidente fazendo soar a campanha.)

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Para terminar, Sr. Presidente, queria saber se algum Deputado desta Casa contesta que Deus, Jesus Cristo, na Bíblia, afirmou o seguinte "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus".

Termino Sr. Presidente com essas palavras, minhas afirmações. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 58 minutos.)

ATA DA 61ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1980

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO.

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PDS; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Morais — PTB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Figueiredo Correia — PP; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PP; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PTB; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PTB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra —

PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Coutinho — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PTB; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PTB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PTB; Honorato Viana — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PTB; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PTB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raimundo Urbano — PTB; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PTB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — PMDB; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrazo — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Benjamim Farah — PP; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PDS; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PT; Felipe Penna; Florim Coutinho; Hydekkel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PTB; Jorge Cury; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Frejat — PTB; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PTB; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Osvaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria; Peixoto Filho; Pérciles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PP; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Dário Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PTB; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto; Jairo Magalhães — PDS; João Herculinô — PMDB; Jorge Ferraz; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PP; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sívio Abreu Jr — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PDS; Benedito Marçílio — PTB; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Gióia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Cunha; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Códio; Ruy Silva; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achoa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PT; Anísio de Souza — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro; Genésio de Barros — PDS; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS; Wilmar Guimarães — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Levy Dias — PMDB; Ruben Figueiró — PDS; Ubaldino Barém — PDS; Valter Pereira.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PDS; Antônio Mazurek — PDS; Ari Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglío; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PDS; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PP; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juárez Furtado — PMDB; Lufz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PTB; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluízio Paraguassu — PTB; Cardoso Fregapani — PTB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cid Furtado — PDS; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloy Lenzi — PTB; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PTB; Harry Sauer; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilbertó — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PTB; Magnus Guimarães — PTB; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcelos — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amápn

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Jerônimo Santana — PMDB; Odacir Soares — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 402 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Castejon Branco. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No noticiário dos jornais de hoje, tivemos oportunidade de ler notícias que davam conta da posição do Sr. Líder do Governo no Senado, Senador Jarbas Passarinho, e do Ministro Ibrahim Abi-Ackel, sobre a posição da Igreja.

Esse sistema que avocou para si todos os poderes, agora quer ser também árbitro da Igreja e dizer à Igreja o que ela deve fazer e o que ela não deve fazer.

Eu gostaria de dizer ao eminente Senador Jarbas Passarinho para estribar um pouquinho mais curto. A Igreja tem a sua hierarquia e cabe a ela, e só a ela, determinar a linha de conduta da Igreja. E também ao Sr. Ministro da Justiça que intervenha como interveio lá no ABC, mas por favor, a Igreja não, a Igreja é *mater*, é *magister*; como mãe ela é obrigada a se portar do lado de seus filhos, e dos seus filhos mais sofridos e mais pobres. Uma mãe que tem dez filhos, e que tenha nove deles fortes e que venceram na vida, sempre ela ficará do lado do filho mais fraco, que não conseguiu ser vitorioso na vida. Assim é a Igreja. E qualquer conflito que tiver na sociedade brasileira essa Igreja brasileira, que tem dado testemunho de ser mãe, se postará, tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, do lado do mais fraco, como mãe. Mas a Igreja também é mestra e como mestra ela deve ensinar, ela deve lecionar o seu primado de justiça, que é o reino que ela prega, o reino de justiça.

E justiça, Sr. Presidente, justiça é o que parece que não quer ouvir o Sr. Ministro da Justiça, justiça é o que parece que não quer ouvir o Sr. Senador, nesse momento em que lança sobre uma área da Igreja, de maneira nebulosa, de maneira confusa, "alguns membros da Igreja; e o outro diz: não toda a igreja."

Seria melhor e mais digno que eles nominassem para que esse dedurismo, para que esse clima que se quer construir no Brasil contra a Igreja não culminasse como o que se construiu em Salvador, com a morte de um arcebispo, seria melhor se tivessem a dignidade de, pelo menos, dar os nomes para que isso não pairasse sobre todos os padres, sobre todos os bispos, sobre todos os membros da Igreja, porque também dariam, aí, a oportunidade a esses membros que se julgassem acusados de se defenderem, caso quisessem.

Não é digno, nem de um Ministro nem de um Líder do Governo, ficar fazendo acusações em torno ao cinza, em torno ao nebuloso, sem nominar.

Fica o meu protesto, o protesto do homem engajado na Igreja.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Lucena.

O SR. AUGUSTO LUCENA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Comemoramos na data de ontem o trigésimo segundo aniversário da Independência de Israel que é de especial importância, para o mesmo, porque, durante o corrente ano, foi encontrado um rumo à paz entre aquela nação e seus vizinhos árabes.

Embora ainda existam problemas e sentimentos hostis a serem superados, o conflito, com trinta anos de duração, entre árabes e israelenses, encaminha-se, positivamente, para a solução desejada pelos povos do mundo livre.

Para o Brasil, há uma razão particular para alegrar-se com esta modificação dos eventos, porque teve um papel relevante nas Nações Unidas, nas deliberações que levaram a comunidade internacional, pela segunda vez neste século, a apoiar o retorno do povo judeu ao seu lar histórico, como uma nação soberana entre as nações do mundo.

Os países do mundo livre, como um todo, também têm razões para aplaudir os dois governos que deram o primeiro passo para a estabilidade na região do Oriente Médio, Israel e Egito, os quais mostraram grande coragem e determinação ao lutar contra medos e reservas emocionais. Os israelenses,

devemos lembrar, abriram mão de grandes territórios e importantíssimos campos petrolíferos. Como todos podemos ver claramente agora, o Oriente Médio, com seus recursos vitais de petróleo, encara um novo perigo, o de, ali, desencadear-se sério conflito em disputa pelo domínio desses recursos.

Israel e Egito estão entre aqueles poucos fatores regionais que podem ajudar a proteger a região desse conflito e, conseqüentemente, o novo relacionamento entre eles é de suma importância para o mundo livre.

Na hora em que Israel deve seguir de sua paz com o Egito para uma paz global na região, merece o aplauso de todos os povos, porque, lamentavelmente, ainda existem fatores regionais que rejeitam a própria idéia da paz com ele, e existem fatores, de fora da região, que fazem tudo ao seu alcance para minar o processo de paz iniciado por Egito e Israel.

Aqueles de nós, no Brasil, que têm algum conhecimento das realizações de Israel no campo da agricultura, ciências e indústria, algumas das quais foram aplicadas com sucesso em nosso País, podem apreciar o quanto aquele pequeno país pode contribuir para o progresso dos países em desenvolvimento, em todo o mundo, uma vez seja liberado o peso do confronto militar que arrosta e possa dedicar todas as suas energias para as obras da paz.

Desta nobre tribuna, enviamos nossos melhores votos ao povo israelense, quando em busca de uma paz estável com todos os seus vizinhos. Expressamos, ainda, o desejo de que a moderação prevaleça ao redor, e que aqueles que rejeitam a paz, possam entender que um Estado de Israel forte, com o qual eles vivam em boa vizinhança, não será apenas uma nação identificada com as mesmas tradições étnicas e culturais, como também um aliado que, reciprocamente, ajudará a garantir a paz e a prosperidade entre esse grupo de nações.

Requeiro a V. Ex^{ta}, Sr. Presidente, que mande transcrever no *Diário do Congresso Nacional*, em seqüido ao pronunciamento que acabo de fazer, trechos do artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 2^a-feira, 21 de abril de 1980, de autoria do jornalista Mário Chimanovitch, sobre a comemoração do 32^o aniversário de fundação do Estado de Israel, matéria que faço anexar ao presente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AUGUSTO LUCENA EM SEU DISCURSO.)

ISRAEL COMEMORA HOJE 32^o
ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO

Jornal do Brasil, segunda-feira, 21-4-1980. Fls. 7
Mário Chimanovitch
Correspondente

Jerusalém — Em meio a uma crise econômica que não cessa de se agravar, problemas políticos internos que fazem prever que o atual Governo talvez não chegue a completar o seu mandato e submetido a intensas pressões internacionais para que torne mais flexíveis suas posições quanto ao problema palestino, o Estado de Israel completa hoje o seu 32^o aniversário.

Mas apesar da gravidade dos problemas, o povo israelense parece sempre dotado de uma força de ânimo incomum. Assim, é com certa satisfação e um mal contido orgulho que o israelense faz uma retrospectiva dos 32 anos de vida do Estado judeu moderno e conclui que a experiência de certo, em termos de estabilidade interna, força e profundidade de sua estrutura democrática. Israel transformou-se, talvez, na mais bem sucedida experiência nacional dentre todas que nasceram das convulsões da Segunda Guerra Mundial.

Crítica articulada

É difícil para uma nação forçada a defender sua existência ao curso de três décadas seguidas, manter um sistema parlamentar livre e multipartidário. É verdade que o Governo israelense tem a seu dispor uma vasta coleção de "poderes de emergência". É igualmente certo que todos os israelenses possuem uma sensibilidade instintiva para os problemas de segurança, mas as necessidades militares jamais se transformaram em algo destrutivo por ocasião de uma escolha ou debate político vitais.

A história de Israel caracteriza-se pelo surgimento de líderes carismáticos, mas todos eles, sem exceção, foram sempre servidores do Estado passíveis de renúncia ou demissão. Ao mesmo tempo, o Exército jamais se transformou num instrumento político, simplesmente porque é uma força popular na mais plena acepção do termo. Em outras palavras: o Exército israelense tem um sofisticado cérebro militar, mas a sua consciência é essencialmente civil.

Trinta e dois anos depois, pode-se dizer, em resumo, que não existem medalhões intocáveis em Israel, e o Partido Trabalhista descobriu isso quando perdeu as eleições, após manter-se no Poder mais de um quarto de século.

O hábito da crítica articulada é tão profundamente enraizado, e tão universal neste País, que seria verdadeiramente inconcebível que Israel abandonasse a democracia sem que ocorressem mudanças fundamentais no caráter de seu povo.

Igualmente enraizado é o respeito pela lei, pelo conceito de que as vitórias são, invariavelmente, obtidas pelo argumento jurídico, jamais pela força. Isso explicará, ainda que um tanto paradoxalmente, as razões pelas quais inúmeros palestinos dos territórios ocupados tenham recorrido às Cortes israelenses — e com êxito na maioria dos casos — para defender suas terras contra a ameaça de confisco por parte do Governo. Talvez seja em razão disso que a maioria dos israelenses convenceu-se de que deve existir uma solução legal para as disputas existentes entre Israel e os seus vizinhos que se opuseram aos acordos de Camp David, que resultaram na assinatura de um tratado de paz com o Egito.

E não terá sido um mero acidente o fato de que a busca passional de Israel por soluções legais o tenha transformado em alvo principal do terrorismo internacional.

Sociedade Heterogênea

Existem no Israel moderno elementos muito poderosos de homogeneidade. Mas sua sociedade é mista em todos os sentidos (raça, língua, religião, política e economia).

Em alguns aspectos, Israel é, talvez, o mais socialista de todos os países. Existem setores da economia — e não somente os *Kibutzim* (as fazendas ou comunas rurais coletivas), que não são apenas socialistas em conceito e estrutura, ao mesmo tempo que comercialmente viáveis, mas que foram "longe demais" para satisfazer aos objetivos emocionais dos pioneiros que chegaram à então Palestina sob domínio otomano.

De qualquer forma, dentro do debate aberto, tudo é possível de ser ouvido e discutido em Israel. Aqui o visitante poderá escutar argumentos altamente sofisticados em defesa da economia socialista, como poderá se deparar com os que apresentarão as mais devastadoras, e bem documentadas, críticas contras as falhas e os fracassos do socialismo.

Apesar de todos os problemas, Israel continua dono de uma economia altamente dinâmica, grande sucesso na agricultura, recuperação de desertos e desenvolvimento de um avançadíssimo parque industrial. Mas essa economia, em contrapartida, parece permanentemente assustada por três terríveis fantasmas: inflação crônica (hoje em torno de 150%), burocracia monstruosa em razão de seus regulamentos e, sobretudo, um sistema sindical que prima por sua arrogância e anarquia. A maioria dos israelenses acredita que esses problemas são insolúveis. Mas, por outro lado, em termos de Oriente Médio, a corrupção é quase inexistente, ao mesmo tempo em que prevalece um notável sentido de igualdade social e econômica.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, à proporção em que as dificuldades da vida em comunidade se acentuam, mais imperiosa se torna a presença do povo no cenário das deliberações políticas. O sofrimento impede-o de ser indiferente e ao Governo impõe-se o dever mais rigoroso de contato com as massas populares.

Acresce dizer que o Parlamento brasileiro não pode prescindir da liberdade que tem sido, através dos tempos, a melhor prova de racionalidade humana. A liberdade, por sua vez, faculta ao homem a apreensão da verdade que ele procura comunicar através de seus pensamentos e atividades.

Assim entendendo é que me valho sempre desta tribuna para exercer o direito de criticar como duro ofício de dizer verdades, visando, principalmente, a ensinar aos governantes melhor conscientização dos problemas que mais afligem às comunidades brasileiras.

Ressalte-se que o primeiro dever do homem público é a correspondência pontual, sincera e calorosa aos anseios populares. Daí inspirar sempre minha ação política no sentido do bem-estar público.

Sr. Presidente, com a devida vênua dos meus nobres pares, impõe-me o dever de reanalisar grave problema regional, até agora sem uma solução justa e perfeita.

No Município de Duque de Caxias, RJ, existe um núcleo residencial de trabalhadores das mais variadas categorias. É a hospitaleira Vila Operária, localizada no morro do Parque Felicidade, no perímetro urbano da Cidade, que possui uma população permanente de cerca de 40.000 habitantes.

Pois bem, os seus trinta anos de existência constituem uma página da história política da grande Cidade da Baixada Fluminense. Os primeiros barracos, ali surgidos por ordem dos mandões da época, tinham como reflexo as

seguidas enchentes ocorridas no mangue da cidade, que obrigaram as autoridades responsáveis a alojar em outros locais as vítimas dessas inundações. Dos barracos, passou-se à construção de casas de alvenaria para, em seguida, constituir-se uma comunidade das mais atuantes e progressistas. Hoje, a Vila Operária está quase urbanizada, dispondo de rede de abastecimento d'água, energia elétrica, ambulatório médico, praças públicas, além de grupos escolares para a educação dos filhos dos seus moradores.

As autoridades municipais do período 1950/66 sempre consideraram a área onde está localizada a Vila Operária como patrimônio municipal. Todavia, de forma a mais surpreendente, apareceu em cena o nome de um novo proprietário, Sr. Genach Aradrychi, residente no Rio de Janeiro, falecido pouco tempo depois.

É o caso de se perguntar por que, do cadastro da Prefeitura, que funciona desde 1943, não constava registro ou lançamento dessa propriedade, ensinando aos assessores de vários prefeitos autorizar a construção de barracos, casas residenciais e até comerciais na Vila Operária, sob o fundamento de que se tratava de área do patrimônio municipal?

Não estou compreendendo o silêncio ou omissão desse pretensão proprietário durante tanto tempo. A posse mansa e pacífica de milhares de duquecaxienses não pode ser tida como viciosa, para não gerar direitos, porque o responsável pela criação desse núcleo residencial é a Prefeitura de Duque de Caxias.

Estas foram considerações que ofereci em 1972, ao ocupar esta tribuna para apelar ao Governador fluminense da época, encarecendo medidas objetivas em defesa dessa laboriosa comunidade duquecaxiense ameaçada de despejo. Pois bem, decorridos mais de 8 anos sem que as autoridades competentes adotassem as medidas reclamadas em favor dos humildes moradores da Vila Operária, eis que se instala na Vila um escritório de corretagem de uma imobiliária para a venda da área em lotes, por preços astronômicos, objetivando estabelecer o pânico entre os moradores. Acontece, porém, que a documentação comprobatória da propriedade jamais foi exibida, existindo ainda uma generalizada desconfiança, mercê das seguidas retificações de metragem da área pela Prefeitura local, de forma irregular, incluindo até a área já desapropriada pela própria Prefeitura para construção do cemitério local.

O pretensão proprietário da gleba, Sr. Genach Aradrychi, ainda em vida organizou a firma comercial Empreendimentos Imobiliários, Ltda. — IRIAL, para explorar o loteamento da área, tendo como sócio-gerente o Sr. Geneciano Fernandes Luz, que instalou o referido escritório na Vila Operária, cercado de guarda-costas, *doblés* de corretores, visando coagir os moradores locais a comprar os lotes ou se mudarem, sob pena de despejo, com perda das benfeitorias existentes.

Se é verdade que a ação coercitiva dos prepostos do pretensão proprietário da gleba ensejou a aquisição de alguns lotes por moradores em pânico ou menos avisados, não é menos verdade que a grande maioria não se amedrontou, porque confia na ação das autoridades públicas e no Poder Judiciário, tendente a assegurar-lhe o direito da posse mansa e pacífica de suas áreas de ocupação há mais de vinte anos (art. 923, Código de Processo Civil).

Ressalte-se que os moradores locais, através do brilhante advogado duquecaxiense, Dr. Francisco Rangel Filho, ajuizou, em 25 de janeiro de 1978, na 3ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias, uma Ação Popular visando à nulidade do Decreto que autorizou o loteamento da Vila Operária, sustentando a ilegalidade do ato, por ser a área patrimônio municipal e o loteamento estar em total desacordo com as especificações exigidas pela legislação pertinente. A referida Ação, que tramita com a participação do Ministério Público, está na fase probatória, esperando-se a conclusão da instrução para este primeiro semestre.

Por sua vez, herdeiros de José Joaquim Borges, alegando pertencer a área de terras da Vila Operária ao respectivo espólio, ingressaram na referida 3ª Vara Cível, por intermédio do operoso causídico José de Almeida, com uma Notificação à firma Empreendimentos Imobiliários Ltda. — IRIAL, na pessoa do seu sócio-gerente Geneciano Fernandes Luz, caracterizando os crimes de usurpação capitulados no art. 151, § 1º, inciso II (esbulho possessório) e § 2º, tudo do Código Penal, para que a notificada se abstenha de novas vendas ou de qualquer violação dos preceitos legais que amparam o direito dos notificandos.

Sr. Presidente, mais uma vez ficou demonstrado que com o aparecimento de novos proprietários da gleba, não há como duvidar de que o loteamento foi aprovado pela Prefeitura local de forma irregular, gerando generalizadas suspeitas de prática de paternalismo ou tráfico de influências, diante das contradições existentes, inclusive retificação de metragem.

A imprensa fluminense, Deputados, Vereadores, Sr. Presidente, vêm clamando por medidas oficiais objetivas, que amparem mais de oito mil famílias

de trabalhadores, ameaçadas de perderem suas casas que construíram com tantos sacrifícios.

Esta, a constrangedora realidade traduzida no grave problema social em que se debatem 40.000 moradores da Vila Operária do Município de Duque de Caxias, RJ, sem que até agora as autoridades competentes se sensibilizem.

Tudo isso devidamente considerado, certo de que não importa o vulto dos embaraços nem a sua origem ou seus caminhos, bastando que exista o empenho pelos objetivos comuns e que se aprofunde em cada um o sentimento coletivo, dirijo-me, em última instância, ao Prefeito Municipal, Coronel Américo Gomes Barros Filho, confiante na normativa de ação do seu governo, que tem como meta o homem, o seu bem-estar social, a fim de que os moradores da Vila Operária tenham reconhecido o direito de posse da área em que construíram suas modestas residências.

Este, o dramático apelo que formalizo, mais uma vez, inspirado na palavra salvadora de São Gregório Magno: "que aqueles que receberem alguma coisa de Deus, o Grande Arquiteto do Universo, dela se sirvam para o bem de todos".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A política econômico-financeira do Governo está fazendo água por todos os lados, sem possibilidade de salvação.

Os milagres dos pacotes econômicos estão jogando a bolsa para a frente, prometendo para o segundo semestre o que não deu certo no primeiro, assim como empurraram para 1980 o que não alcançaram em 1979.

O Sr. Emir Sfair faz uma inteligente e valiosa apreciação sobre a política econômica, sob o título "Um 'blefe' para enganar milhões?", publicado no jornal "O Paraná" de 2-4-80, nos seguintes termos:

UM "BLEFE" PARA ENGANAR MILHÕES?

Emir Sfair

O movimento dos camponeses brasileiros contra o confisco da soja (leia-se imposto de exportação) estava parecendo mais uma jogada do Ministro Delfim Netto para que as vendas de soja ocorressem "lenta e gradualmente", sem mudanças nos preços no mercado internacional até que sejam conhecidos os números da safra norte-americana. Desconfia-se de um movimento quando ele recebe cobertura de alguns setores "alinhados" da imprensa nacional que ainda recentemente deram ênfase especial ao "boicote" da carne, outra jogada do Ministro do Planejamento. Delfim sempre foi homem de grandes jogadas e se não inspirou o "estouro" da Vale do Rio Doce, ao menos deve ter influído, com sua habilidade, para que o Ministro Galvêas vivesse o seu dia negro no Governo.

Agora quando vemos o lavrador segurando a soja e sabemos que nossas exportações devem chegar a apenas um milhão e meio de toneladas de grãos, naturalmente nos preocupamos com a proteção que pode estar havendo para que as multinacionais de óleo sejam beneficiadas no momento em que o Governo retirar o imposto de exportação, o que provocará um aumento muito grande de oferta de grãos no mercado interno. Como a comercialização externa da soja não está buscando o mercado aberto na União Soviética pelo "boicote" norte-americano, tudo leva a crer que iremos competir com a soja dos EEUU nos mercados que dominamos tradicionalmente. O preço cairá em razão da maior oferta internacional e as vendas serão feitas às multinacionais que operam no mercado interno a preços que podem chegar a ser menores que os atuais. Não sei se as Cooperativas, no momento em que aceitaram o "jogo do boicote" estavam nutridas de informações suficientes para enfrentar uma possível crise de preço ou se elas, conscientes da jogada do Ministro, simplesmente estão permitindo que seus associados sejam enganados, assumindo as conseqüências desta situação anômala. O que nos preocupa é que a "jogada" do Ministro, dessa feita, não está restrita a algumas pessoas mas atinge 3 milhões de camponeses que formam a mais pacífica e mais tranqüila relação de brasileiros com atuação num mercado de trabalho que não apresentou, nos últimos anos, nenhum sinal de agitação. Se estes trabalhadores do campo sentirem que foram enganados e se transformarem em homens revoltados, as conseqüências, serão imprevisíveis. O Brasil investiu no início do Governo do Presidente João Figueiredo todo o prestígio pessoal do Chefe da Nação no homem do campo. O "Plante que o João garan-

te", numa alusão à pessoa do Presidente da República, fez com que o lavrador se atirasse à produção com confiança chegando a safra de hoje. Este mesmo lavrador que calcula os seus custos e sabe que terá um lucro generoso com a saca vendida a 500 cruzeiros, foi engajado nesta campanha contra o confisco, mais pela sua preocupação com o preço mínimo do trigo que pelos possíveis prejuízos com a produção do soja.

A queda do confisco da soja teve pelo menos a grande vantagem de derrubar na raiz este "grande blefe" e se constituiu na melhor demonstração de que os agricultores brasileiros, unidos, podem mostrar a sua força e podem vencer os desafios. Se o movimento mobilizou desta feita mais de 700 mil agricultores ele pode ir mais longe, em outra oportunidade, se novamente os tecnocratas de Brasília resolverem testar a força dos homens da agricultura.

Agora é hora da agricultura iniciar uma nova luta: o Governo precisa explicar por que está desaquecendo o plantio do trigo sem explicar aos agricultores do oeste este seu gesto. Estamos sentindo esta disposição no corte do PROAGRO (diminuído para 80%) e no preço mínimo considerado insuficiente.

A agricultura agora conhece a força que tem e não vai abrir mão de seu direito de reivindicar pacificamente os seus direitos. A queda do confisco da soja foi um passo à frente e os camponeses deste País não mais irão aceitar as decisões de Brasília sem a participação de seus líderes nas mesas de debates.

O basta foi dado ao Sr. Delfim Netto. E o Governo, ao recuar, não fez mais do que demonstrar o seu respeito aos homens que são os responsáveis pela produção nacional e pelo equilíbrio de nossa balança comercial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aduino Bezerra.

O SR. ADAUTO BEZERRA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Nós temos tido bastantes dificuldades em convencer a comunidade nordestina de que, finalmente, essa grande porção territorial do Brasil deixará de ser uma região marginalizada no contexto nacional.

E o mais difícil é estabelecer a convicção de que, efetivamente, serão operacionalizadas as intenções expressas quando da criação da SUDENE.

A desconfiança, que se converteu num estado de espírito da gente nordestina, teve origens diversas, crescendo com as frustrações que foram se acumulando.

E essa atmosfera de apreensões e descrença tornou-se mais profunda com as promessas formuladas ao longo dos anos, algumas delas cumpridas em parte, outras relegadas ao mais completo esquecimento.

Na verdade, parece que sempre existiram grupos interessados na permanência desse estado de coisas, desse clima de dependência.

Como se não bastasse a magnitude dos problemas gerados pelo próprio meio, essa região — que se fosse um país seria o segundo da América do Sul em área, e o terceiro em termos de população — essa expressiva região, repetimos, continua a crescer menos do que o Brasil, como um todo, tornando-se gravíssima a sua problemática e maior ainda a sua dependência econômica.

Mas, aqueles grupos, geralmente vinculados a interesses do Centro-Sul e do exterior, que pretendem e insistem em manter esse estado de submissão e dependência, estão esquecidos de um passado bastante recente ou desconhecem as potencialidades de insatisfação e de violência social existentes na região, e que, se acirradas e subvertidas por instigadores profissionais, poderão eclodir inesperadamente, colocando em perigo a própria segurança nacional.

O nosso alerta se deve ao fato de nos encontrarmos entre os responsáveis pelo destino da terra nordestina, cabendo-nos pugnar para que isso jamais venha a acontecer, para que todas as conquistas econômicas, sociais e políticas continuem a ser feitas tranqüila e pacificamente.

Falamos assim, porque temos ido constantemente ao Nordeste, e para nós, parlamentares e representantes de trinta e seis milhões de brasileiros, têm sido transferidas as angústias, as aspirações e as esperanças de desenvolvimento da região nordestina, ainda dentro de um espírito eminentemente político e reivindicatório.

E o que nos resta esperar é que, não obstante tantas e tamanhas frustrações, esse processo de conquistas tenha continuidade, mantendo a família nordestina integrada na obra de fortalecimento de sua economia, dentro da normalidade e da paz social.

Ainda na semana passada nos encontrávamos no Nordeste, mais especificamente no Ceará, reunidos com as suas lideranças políticas e comunitárias, para discutir o programa do nosso partido e para expor e ouvir idéias sobre as novas diretrizes do Governo Federal para essa região, quando fomos surpreendidos por uma notícia bastante contundente e desestimuladora.

A notícia, Srs. Congressistas, era de que o FINOR, que hoje representa o maior instrumento de mudança econômica e social daquela região, em termos de desenvolvimento agrícola e industrial, acabava de sofrer o corte mais brutal de toda a sua história.

O golpe aturdiu a todos os nordestinos, principalmente aqueles que vêm acompanhando o constante e injustificável esvaziamento do sistema de incentivos fiscais, mecanismo de propulsão ao desenvolvimento, inicialmente concebido tão-somente para essa região.

O principal organismo de desenvolvimento regional — a SUDENE — que participava com 100% do total de incentivos fiscais em 1962, foi paulatinamente perdendo posição, estabelecendo-se a partilha desses recursos com outros setores e regiões.

E essa política de esfacelamento dos incentivos fiscais se deu de forma tão ostensiva, que, por volta de 1977, a fatia da SUDENE estava reduzida a 21%.

Esses recursos, anteriormente destinados exclusivamente ao Nordeste, passaram, progressivamente, a financiar a pesca, o reflorestamento, o turismo e até obras suntuosas, embora necessárias, como a ponte Rio—Niterói, além de rodovias como a Transamazônica, executadas através do PIN e do PROTERA, tendo como fontes os artigos 34/18.

Pois bem, como se não bastasse tudo isso, e quando já se experimentava uma fase de expectativas bem mais favoráveis, eis que o Governo Federal acaba de propor, para o ano de 1980, uma disponibilidade em favor do FINOR de apenas onze bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros.

Para se ter uma idéia da extrema gravidade do problema criado, bastará dizer que, se comparada ao orçamento do ano passado, a atual proposta orçamentária representará, em termos absolutos, uma diminuição da ordem de 1 bilhão e novecentos milhões de cruzeiros.

Porém, se computarmos ao valor previsto para 1980 uma inflação de 60% (numa estimativa bastante otimista), haveremos de ficar estarrecidos.

Isso porque, dentro dessa projeção realística, chegaremos à dolorosa convicção de que o orçamento do FINOR para 1980 será, no mínimo, 53% menor do que aquele aprovado e executado no ano passado.

Como é do conhecimento geral, Srs. Congressistas, existe no próprio Nordeste uma comunidade empresarial que se dispôs a investir na região, bem como grupos do Centro-Sul que para lá vêm transferindo unidades industriais, atraídos pelas vantagens comparativas e animados pelas próprias perspectivas do mercado regional.

Na verdade, esses empresários têm, à custa de muitos esforços, gerado expectativas redentoras na região, instalando seus empreendimentos com o apoio e os incentivos concedidos pelo próprio Governo Federal, através da SUDENE.

E assim têm procedido, atendendo a reiterados apelos da União no sentido de que ajudem a desenvolver a região mais pobre do nosso País.

Essa comunidade empresarial, atualmente animada por tão elevado espírito de cooperação, não poderia jamais ser surpreendida com tão repetida mudança de intenções da União em relação ao Nordeste, sob qualquer pretexto.

Para se ter uma idéia das necessidades efetivas e reais do FINOR neste ano de 1980, a fim de que possa dar curso aos vários empreendimentos em implantação ou em desenvolvimento em sua área de atuação, necessitaria esse fundo de trinta bilhões de cruzeiros.

E o orçamento proposto, como é do conhecimento dos senhores, ficou restrito a 11,8 bilhões de cruzeiros.

E com isso não poderemos concordar, conscientes que estamos das seríssimas e danosas conseqüências que tal medida trará para o Nordeste.

É bom lembrar que a renda média do nordestino, pasmem os senhores, representa hoje 34% da renda média do brasileiro ou quase um terço.

O desemprego atinge a 18% da força de trabalho da região, enquanto mais de 50% dos domicílios urbanos não dispõem de água e 80% não possuem esgotos sanitários.

Em termos de longevidade, a expectativa de vida do nordestino é de 44 anos, contra 61 para o Sul do País e 53 anos para o Brasil como um todo.

Com essa redução brutal, Srs. Congressistas, haverá uma brusca diminuição do nível de investimentos, por si só já tão precário, agravando o já caótico problema do desemprego na região, e reduzindo-se, conseqüentemente, as possibilidades de melhoria da qualidade de vida de sua população.

É que haverá, inapelavelmente, uma sensível diminuição da produção agrícola e industrial, sendo diminuídos os já escassos recursos do nosso banco de desenvolvimento regional, ou seja, o BNB.

Por outro lado, antevemos graves problemas no tocante à resolução 14, da Presidência da República, que trata da descentralização industrial no País.

De fato, como complemento a essa resolução, houve uma outra, através da qual empresas do Centro-Sul eram estimuladas a transferir seus parques industriais usados para a região nordestina.

E, como sabemos, essa resolução obteve, de imediato, o interesse de vários grupos econômicos desejosos de investir na região.

Mas, essa iniciativa poderá ser frustrada com a recente decisão do CDE, ao diminuir os recursos destinados ao FINOR.

De um modo mais específico, com relação ao Ceará essa medida poderá inviabilizar o III Pólo de Desenvolvimento Industrial do Nordeste, com sede em nosso Estado, e que tem sido a grande meta e a preocupação maior do eminente Governador Virgílio Távora.

Com a diminuição dos recursos do FINOR, praticamente se tornarão infrutíferos os elevados recursos que o Governo estadual vem aplicando nos distritos industriais e na infra-estrutura necessária à instalação dos empreendimentos já programados.

Sabemos, todos nós, que o mundo atravessa uma fase marcada pela crise energética, pela inflação generalizada, pelo desemprego e o protecionismo crescente.

Estamos conscientes de que não é possível um país conviver permanentemente com uma inflação acima de 6% ao mês.

E consideramos legítimo, inclusive, o corte dos recursos públicos como uma forma de combate a este grande problema que, se continuando, poderá esgarçar o próprio tecido da unidade nacional.

Porém, não aceitamos um tratamento igual para regiões desiguais.

Isso porque entendemos impossível aplicar ao Brasil como um todo, com suas enormes diferenças regionais, medidas comuns e não diferenciadas.

Todavia, Srs. Congressistas, não perdemos a fé e continuamos acreditando na revisão destes desvios, desta contensão por parte do Governo Federal, principalmente porque temos à frente do Ministério do Interior um homem de larga visão, que é o insigne brasileiro Mário Andreazza.

No ano passado, por exemplo, quando da eclosão da seca que afetou o Nordeste, ele teve para com essa região e para com os nordestinos um comportamento exemplar, não medindo esforços para atenuar aquele grave problema econômico e social.

O Sr. Ministro do Interior está bastante consciente da problemática nordestina, conforme podemos perceber no seu discurso pronunciado no dia 30 de março de 1979 na SUDENE, quando afirmou:

"O desenvolvimento do Nordeste constitui imperativo de interesse nacional pela contribuição valiosa que a região pode oferecer ao País.

Queremos o desenvolvimento do Brasil como um todo e não algumas áreas, cada região participando e contribuindo com plena potencialidade".

Já no dia 29 de junho de 1979, ainda na SUDENE, o eminente Ministro Andreazza anunciava:

"Com as medidas relativas ao FINOR, os recursos em 1979-1985, deverão representar em termos reais, o dobro dos aplicados no período de 1972-1978".

E o Ministro falou assim, respaldado na palavra de Sua Excelência, o próprio Presidente da República, que na mesma ocasião dizia textualmente:

"Tudo o que disse na minha campanha continua válido. Não faltarei ao Nordeste, da mesma maneira que o Nordeste nunca falta ao Brasil. E, por que não dizer, como não faltou a mim".

Portanto, Srs. Congressistas, garantidos por tão solenes promessas, e que demonstram o descortino e o interesse da atual administração do Governo Federal para com a região, estamos tranquilos. Tranquilos, porém vigilantes.

Acreditamos que um diálogo seja necessário entre o Presidente da República, Governadores, Deputados e Senadores nordestinos.

E hoje fazemos uma conclamação para que este diálogo seja realizado, sem tardança, para que a medida que ora se discute e questiona, seja revertida e devidamente contornada.

Confiamos no Presidente João Baptista Figueiredo, pois Sua Excelência, por atitudes anteriores, fez com que ficássemos otimistas de que os interesses do Nordeste serão considerados e atendidos como prioridade nacional.

Sua Excelência tem hoje uma oportunidade ímpar de demonstrar que o Nordeste é uma prioridade, não uma prioridade em termos de retórica, mas realmente efetiva, e, diríamos mesmo, uma prioridade orçamentária.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Queremos fazer, nesta Sessão do Congresso Nacional, o registro do nosso ponto de vista completamente oposto ao que se diz a respeito de uma supersafra.

Nã verdade, Sr. Presidente, o que nos preocupa é exatamente essa notícia. Não teremos uma supersafra; teremos uma safra por volta da safra ocorrida em 1976 e 1977.

Se compararmos a safra prevista, de 50 milhões de toneladas, com o crescimento da população, teremos um crescimento populacional, no período, de 56%, para um acréscimo de safra de apenas 11,1%.

Deitar-se sobre essa perspectiva, Sr. Presidente, é, no mínimo, uma imprevisão muito séria porque, na verdade, os nossos estoques, ou as nossas reservas de alimentos, inexistem, e a perspectiva de exportação da ordem de 10 bilhões de dólares nos deixará descobertos para o consumo interno.

Sinto-me na obrigação e no dever, conhecendo esses fatos, de alertar as autoridades para esta realidade nacional e por isso que usei, neste instante, a tribuna do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Max Mauro.

O SR. MAX MAURO (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Chegando a Brasília, já ao fim da tarde de hoje e após sucessivos feriados, quero, nos poucos minutos de que disponho nesta Sessão, em nome do povo espírito-santense, trazer a nossa solidariedade aos líderes sindicais de São Paulo.

Não vou tecer maiores considerações sobre a questão trabalhista no nosso País. Tenho, exclusivamente, o propósito, neste momento — quando entendendo não poder omitir-me diante da gravidade da situação que envolve os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo — de expressar a nossa solidariedade aos companheiros paulistas.

Com a intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e consequente prisão de Luiz Inácio da Silva e outros sindicalistas, bem como de membros da Comissão de Justiça e Paz, o Governo joga no chão a máscara social-democrata que tem usado desde março do ano passado.

Nunca acreditei nessa fantasia democratizante, pois não há regime democrático que resista a governantes nomeados, que têm medo do voto popular. Nunca acreditei em pseudodemocracias, nas quais os governantes estão constantemente armados até os dentes, prontos a descer o porrete na cabeça de quem discordar de suas estratégias.

Depois do surgimento de Lula e outros dignos líderes sindicais, em todo o País, o sindicalismo brasileiro começou a desvincular-se do paternalismo, vício que trazia desde a sua origem. O sindicalismo brasileiro em boa hora tornou-se maduro, consciente das autênticas lutas do operariado e do camponato.

Mas, ao mesmo tempo em que o sindicalismo começou a amadurecer, observa-se que os atuais governantes não estão no mesmo nível. Isso era de se esperar, pois, governo que não foi eleito pelo povo, que não tem base popular nenhuma, não precisa dar satisfação a esse mesmo povo e, por conseguinte, tem que se sustentar na base do arrocho e do porrete.

O enquadramento de Lula e outros líderes sindicais de São Paulo na Lei de Segurança Nacional representa uma afronta ao povo brasileiro. Isso é um profundo desrespeito a esse povo espoliado, marginalizado do processo de desenvolvimento econômico, e que está apenas lutando por uma fração mínima que-lhe permita reduzir as suas dificuldades de sobrevivência.

Este é o Governo do arbítrio e o General Figueiredo precisa ter a coragem de assumir essa postura, ao invés de ficar posando de amante da lei e da paz. O General Figueiredo é o grande responsável pelas prisões de São Paulo e pela intervenção nos sindicatos do ABC e não apenas o biônico Maluf, pois todo mundo sabe que as coisas são tramadas no Planalto e o biônico de São Paulo, como os demais biônicos, é um mero executor.

Aos metalúrgicos de São Paulo, aos seus líderes principalmente, apresento a minha solidariedade total, que é também, tenho certeza, a solidariedade dos trabalhadores do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, é a voz do povo capixaba, pela delegação do mandato a este Deputado que traz a esta Casa o apoio e solidariedade aos trabalhadores e à sua luta, e de repúdio à demonstração de arbítrio e violência da ditadura. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Algumas observações. Pela primeira, comunico à Casa um telegrama do Presidente do Banco do Brasil, Sr. Oswaldo Roberto Colín, ao Líder Nelson Marchezan, que contém o seguinte:

Do: Banco do Brasil — Presidência — Brasília — DF.

Para: Exmº Sr.

Deputado Federal

Nelson Marchezan

DD. Líder do Governo na Câmara

Câmara dos Deputados

70160 — Nesta

Presi 80/1023, de 18-4-80

A propósito de inúmeros pronunciamentos dos Senhores Deputados Federais e, inclusive, requerimento do Exmº Sr. Deputado Joel Lima, comunico-lhe que desde 17-3-80 já havia decidido e autorizado o cancelamento das punições impostas a servidores deste Banco.

Cordiais saudações

Oswaldo Roberto Colín

Presidente do Banco do Brasil S/A.

Este telegrama que passo ao registro da Casa revela, assim, a posição democrática da Direção do nosso principal estabelecimento de crédito do País, no caso focalizado.

Continuo, Sr. Presidente, com outros assertivas. Em primeiro lugar, o nosso protesto contra o Deputado Adhemar Santillo, quando S. Exª, aqui, de uma maneira inteiramente imprópria dirigiu-se ao pronunciamento do nobre Líder, Deputado Nelson Marchezan, o que colocou, de maneira clara, serena e patriótica, a posição do Governo, nesses episódios em São Paulo, em que, na realidade, o confronto há entre empregadores e empregados, empresários e trabalhadores e quando a ação do Governo é a ação visando a tranquilidade, a melhor solução, enfim, a harmonia, tendo em vista o progresso social, e o cumprimento da lei.

Sr. Presidente, tenho ainda que fazer uma declaração no tocante ao pronunciamento, verificado nesta Casa, do Deputado Del Bosco Amaral, na reunião da Câmara, em aparte ao Deputado Elquisson Soares, quando este ilustre Deputado do PMDB da Bahia não me permitiu aparte de espécie nenhuma. O nobre Deputado Del Bosco, então, na sua intervenção, assegurou que nós, no exercício da Liderança, estávamos inquietos e um pouco tensos, porque sabíamos ou temíamos que houvesse, neste País, um golpe antidemocrático que, segundo S. Exª, se avizinhava.

Devo, Sr. Presidente, contrariar inteiramente a tese do nobre Deputado Del Bosco. Se S. Exª sabe dessas coisas, histórias da carochinha, são lá com S. Exª. Quanto a nós, estamos certos de que este País continua marchando em busca do aperfeiçoamento democrático, sob a liderança e o controle total do Presidente Figueiredo, que vem se mostrando pela sua conduta, um líder nacional, digno dos melhores aplausos.

Sr. Presidente, as críticas feitas ao Senador Jarbas Passarinho pelo nobre Deputado do PMDB de Minas Gerais, Ronan Tito, não têm procedência. Dentro da própria tese do Deputado mineiro, o ilustre Senador, Líder do PDS no Senado, deve e pode falar em assuntos religiosos porque é parte da Igreja. O Deputado Ronan Tito quer monopolizar os temas religiosos nesta Casa, assumindo assim uma posição de teólogo de Plenário. Absolutamente, outros Deputados também podem falar em assuntos religiosos, quanto mais os Srs. Senadores representantes da Câmara Alta.

E no mais, Sr. Presidente, o Deputado Max Mauro chegou apressado do avião e fez assertivas aqui repentinas a respeito da greve de São Paulo, revelando-se totalmente afastado dos debates havidos hoje nesta Casa, aliás, debates de profundidade, em volume e até de provocar consaço, como agora um ilustre Deputado perto de nós nos assegurava.

Sr. Presidente, o Deputado Max Mauro, se dizendo em nome do povo do Espírito Santo mas sem procuração geral asseverou o seu apoio ao Sr. Luiz Inácio da Silva. Desejava saber do Deputado Max Mauro se ele está

dando apoio ao Líder do PT, ou se está dando apoio ao líder sindical. Não sei em que Partido S. Exª está, mas pelas suas palavras, vemos que S. Exª está bem na orientação do PT, bem na linha do Partido dos Trabalhadores, e aliás para a satisfação do Deputado Adhemar Santillo, que faz coro ao modo de debater tais argumentos já refutados demasiadamente nesta Casa.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras do pronunciamento que nos cabia nesta reunião do Congresso Nacional, no dever do esclarecimento pela Liderança do PDS. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (PMDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Hoje, durante a sessão da Câmara dos Deputados, foram travados acirrados debates a respeito dos problemas no ABC paulista e a Liderança do Governo nesta Casa insistiu em argumentar que a intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos e a conseqüente prisão dos líderes sindicais deveu-se ao estrito cumprimento da lei; mais, ao estrito cumprimento de uma decisão judicial.

Essas afirmações causaram espécie, primeiro, porque a decisão do Tribunal Regional do Trabalho ainda está *sub judice*. Não é, portanto, uma decisão transitada em julgado. Por outro lado, não sendo ela, portanto, uma decisão suscetível de execução, não se explica que o Governo tenha acionado os seus órgãos de segurança para obrigar o cumprimento de uma decisão judicial que ainda está pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Essa explicação, portanto, não convence. Pelo contrário, reafirma aquilo que a Oposição tem sustentado: a falta de diálogo, a prepotência e o arbítrio do Governo no tratamento de assunto tão delicado.

Já que o Governo se esmera em dizer que está apenas cumprindo uma decisão da Justiça que ele, Governo, respeita, eu queria lembrar ao Governo, através da sua maioria parlamentar, aqui representada pelo nobre e culto Deputado Bonifácio de Andrada que há uma decisão judicial que o Governo não tem cumprido até agora, e uma decisão também do Tribunal Superior do Trabalho, contra uma empresa pública do Governo, evidentemente.

Em 1966 a Federação dos Ferroviários, no Brasil, impetrou um dissídio coletivo de natureza jurídica para que a Justiça do Trabalho declarasse que o aumento concedido pela Rede Ferroviária Federal aos seus empregados, da ordem de 110%, não poderia ter sido diminuído para 30%, por um decreto posterior do próprio Governo. A Justiça do Trabalho foi acionada pelos ferroviários através de sua Federação. Para que não haja dúvida quanto à minha afirmação, eu quero dar os números e os dados concretos do dissídio coletivo, que recebeu, no Tribunal Superior do Trabalho, o nº 2, de 1966.

A Justiça do Trabalho declarou que a lei nova, o decreto posterior ao do aumento, não poderia prejudicar o direito adquirido dos ferroviários àquele aumento. E essa decisão foi calcada exatamente num dispositivo da Constituição Federal. Vigia, então, a Constituição de 1946; mas o mesmo dispositivo do art. 146 da Constituição de então foi reproduzido na atual Constituição, no seu art. 153, parágrafo 3º:

“§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

Então, fiel a essa disposição constitucional, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu, no Dissídio Coletivo nº 2/66, que o Governo estava obrigado a pagar o aumento de 110%, restituindo-se, portanto, a todos os ferroviários do Brasil os 80%, que foram cassados por um decreto posterior a um decreto anterior, que havia concedido aquele aumento.

Pois bem, Sr. Presidente até hoje, o Governo Federal e a Rede Ferroviária Federal não cumpriram essa decisão, que é transitada em julgado. Então, se há, por parte do Governo, esse propalado respeito à lei e às decisões da Justiça, era o caso de o Governo providenciar a prisão daqueles que se negam até hoje a cumprir essa decisão judicial e, conseqüentemente, mandar pagar aos ferroviários os 80% da diferença salarial, até hoje não pagos.

Então, veja como o Governo procede de maneira diferente, na medida em que, em relação aos trabalhadores, ele pretende prender lideranças sindicais e pessoas que não têm nada a ver com liderança sindical, por amor à decisão da Justiça. Mas quando a decisão é contrária ao Governo, pura e simplesmente, ele não a cumpre, e nada acontece.

Falece, portanto, autoridade moral a esse Governo, para agir da maneira como está agindo, ainda que o seja, como diz ele, em cumprimento da lei e de uma decisão da Justiça. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Resolução nº 4, de

1979-CN, que propõe delegação de Poderes ao Senhor Presidente da República para a elaboração de lei dispendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 4, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.711, de 12 de novembro de 1979, que autoriza o parcelamento da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 5, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.713, de 19 de novembro de 1979, que dispõe quanto ao Imposto de Renda devido na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1980-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 6, de 1980-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.712, de 14 de novembro de 1979, que dispõe sobre a arrecadação das contribuições ao Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00